
Comentários dos resultados

Despesas

O conhecimento e análise dos valores das despesas das famílias e da distribuição dessas despesas segundo os diversos itens adquiridos ou pagos são requisitos inerentes ao estudo dos orçamentos domésticos. Os resultados e comentários a seguir referem-se às estimativas relacionadas com despesas médias mensais realizadas pelas famílias brasileiras obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003. As estimativas estão expressas em reais e, nas correspondentes participações percentuais, segundo os diversos componentes da despesa total média mensal.

A despesa total equivale a todas as despesas monetárias e não-monetárias das famílias. As despesas monetárias são aquelas realizadas mediante pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito. As despesas não-monetárias correspondem às aquisições provenientes de produção própria, retirada do negócio, troca, doação e outras formas de obtenção, e são investigadas para todos os produtos adquiridos pelas famílias e para o serviço aluguel do domicílio².

Para a obtenção da despesa total média mensal são totalizadas as despesas médias mensais classificadas em três grandes grupos: despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo.

² As despesas não-monetárias são valoradas a partir de estimativa do informante no momento da pesquisa.

As despesas correntes são formadas por dois tipos de despesas: despesas de consumo, constituídas dos seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e despesas diversas; e mais as outras despesas correntes, integradas por impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras.

Ao grande grupo aumento do ativo correspondem as despesas com a aquisição de imóvel, a reforma de imóvel e outros investimentos e o último grande grupo, diminuição do passivo, contabiliza as despesas com pagamentos de empréstimos, carnês e prestações de imóvel.

Inicialmente, são efetuados comentários sobre os resultados dos grupamentos mais agregados, como a despesa total segundo os grandes grupos de despesas que a compõem. Na seqüência, são focalizadas as despesas de consumo e por fim comentadas, numa abordagem mais detalhada, as despesas com alimentação segundo as participações de diferentes categorias de produtos.

Os resultados são apresentados segundo comparações das despesas obtidas a partir da POF 2002-2003 no nível Brasil, entre as áreas urbanas e rurais, entre as Grandes Regiões e classes de rendimentos. Além disso, quando pertinente, são comparados os resultados da POF 2002-2003 com aqueles obtidos do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, realizado em 1974-1975, e com as POFs 1987-1988 e 1995-1996.

Resultados e comentários sobre a despesa total

A estimativa da despesa total média mensal ficou em R\$ 1 778,03 no Brasil. Nos resultados apresentados na Tabela 8 observa-se que a despesa total média mensal familiar para a Região Sudeste foi aquela que apresentou o maior valor, com R\$ 2 163,09, ficando acima da média nacional em 21,66%. A Região Nordeste, ao contrário, foi a que mostrou o menor valor, R\$1 134,44, ficando abaixo da despesa total média do Brasil em 36,20%.

Segundo o rendimento³, os resultados da despesa total indicam que na primeira classe de rendimento médio mensal (até R\$ 400,00), as Regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte apresentaram valores de despesas totais médias superiores à média do Brasil. A Região Norte apresentou o resultado mais baixo dentre essas quatro regiões (R\$ 484,47). A Região Nordeste foi a que apresentou menor valor da despesa média mensal, com R\$ 393,19, sendo o único resultado abaixo da média nacional nesta classe de rendimento.

Para a classe de rendimento mensal de mais de R\$ 2 000,00 a R\$ 3 000,00, os resultados tiveram comportamento diferente em relação à despesa média do Brasil. A Região Norte apresentou a despesa total média mensal mais baixa, seguida pela Região Nordeste, ambas abaixo da média nacional que,

³ Inclui o rendimento não-monetário estimado a partir da utilização e do consumo de produtos que são adquiridos através de despesas não-monetárias. Inclui também o aluguel estimado pelas unidades de consumo com condição de ocupação diferente de alugado, deduzidas as despesas com manutenção, impostos, taxas e seguros.

nesta classe, ficou em R\$ 2 450,03. Dentre as três regiões que apresentaram resultados superiores à média no Brasil, a Centro-Oeste destaca-se com o valor médio de despesa mais alto, R\$ 2 545,67.

Tabela 8 - Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, por classes de rendimento médio mensal familiar, segundo as Grandes Regiões - período 2002-2003

Grandes Regiões	Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, por classes de rendimento médio mensal familiar			
	Total	Até 400 (1)	Mais de 2 000 a 3 000	Mais de 6 000
Brasil	1 778,03	454,70	2 450,03	8 721,91
Norte	1 292,13	484,47	2 217,97	6 882,24
Nordeste	1 134,44	393,19	2 414,18	8 778,69
Sudeste	2 163,09	525,51	2 455,08	8 846,75
Sul	1 912,48	533,91	2 483,12	8 488,15
Centro-Oeste	1 756,68	506,51	2 545,67	8 876,47

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.
(1) Inclusive sem rendimento.

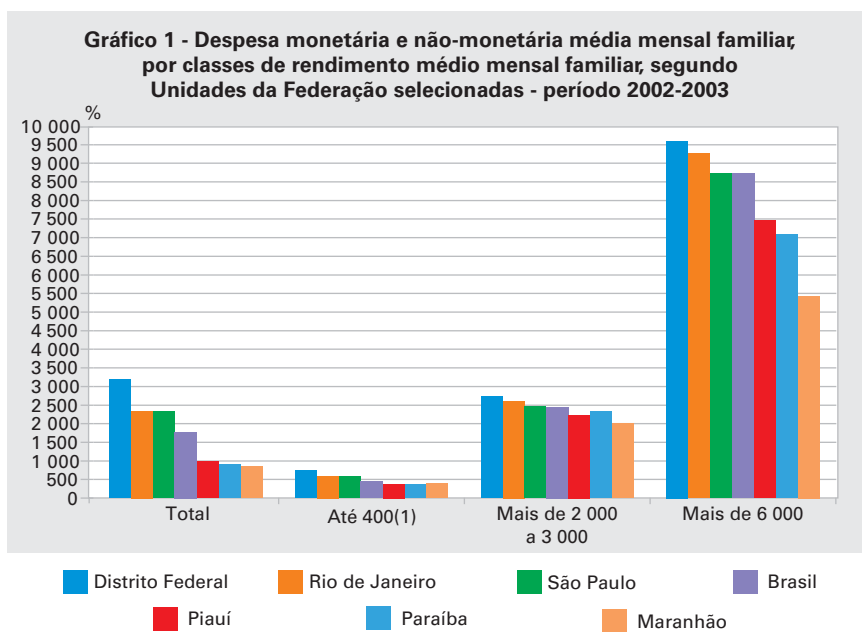
Na classe de rendimento acima de R\$ 6 000,00, a média da despesa total no Brasil foi R\$ 8 721,91. O menor valor para a despesa total média foi R\$ 6 882,24 na Região Norte, o único valor médio inferior à média nacional (em 21%). As demais quatro regiões apresentaram valores de despesa total média similares. A Região Centro-Oeste apresentou a maior despesa média dentre as Grandes Regiões, com valor superior à média nacional em 1,77%.

A Tabela 9 e o Gráfico 1 destacam o Distrito Federal, Rio e Janeiro e São Paulo, as três unidades da federação que registraram valores de despesa total média mensal mais elevados, e Piauí, Paraíba e Maranhão com os valores mais baixos.

Tabela 9 - Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, por classes de rendimento médio mensal familiar, segundo Unidades da Federação selecionadas - período 2002-2003

Unidades da Federação selecionadas	Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, por classes de rendimento médio mensal familiar			
	Total	Até 400 (1)	Mais de 2 000 a 3 000	Mais de 6 000
Brasil	1 778,03	454,70	2 450,03	8 721,91
Distrito Federal	3 195,21	735,09	2 734,79	9 595,63
Rio de Janeiro	2 343,45	592,65	2 612,06	9 269,62
São Paulo	2 337,17	587,33	2 472,64	8 718,02
Piauí	975,67	375,59	2 231,22	7 468,33
Paraíba	904,24	362,79	2 336,63	7 080,46
Maranhão	842,66	388,20	2 011,94	5 431,14

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.
(1) Inclusive sem rendimento.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.
(1) Inclusive sem rendimento.

Nos estados que apresentaram valores mais elevados, a mesma ordenação dos resultados é observada nas despesas totais médias referentes ao total das famílias e em cada uma das classes de renda – Distrito Federal, o valor mais alto, seguido de Rio de Janeiro e, por fim, São Paulo.

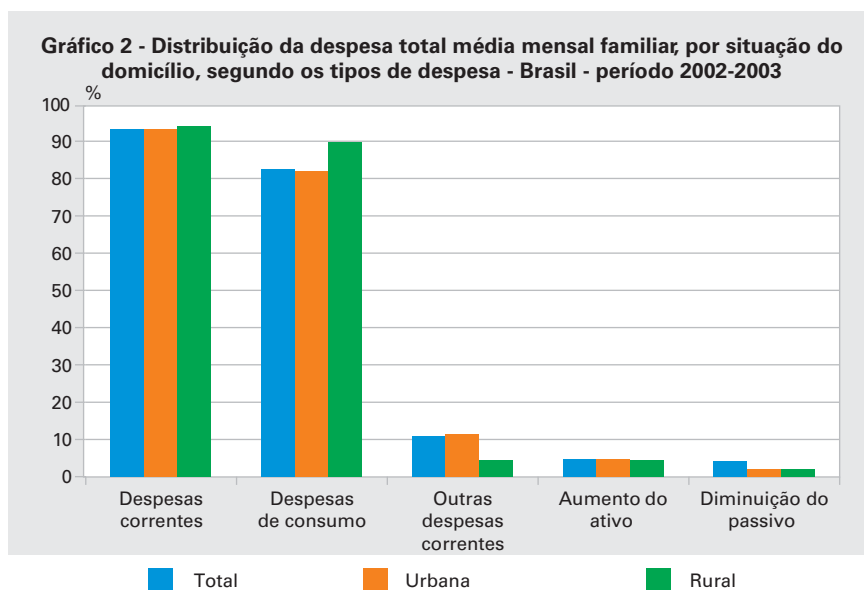
Chama atenção que os três estados identificados com valores de despesa total média mais baixos pertencem à Região Nordeste. Além disso, observa-se, na classe de rendimento acima de R\$ 6 000,00, que a despesa total média no Maranhão é cerca de 25% inferior àquelas do Piauí e Paraíba.

Ao comparar valores da despesa total no Brasil e nas áreas urbanas e rurais brasileiras, a observação da Tabela 10 e do Gráfico 2 indica que o valor da despesa total média na área urbana é 9% superior ao valor observado para o conjunto do País, enquanto o valor da despesa total média mensal na área rural é 51% inferior a essa média nacional.

Tabela 10 - Despesa total média mensal familiar, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesa - Brasil - período 2002-2003

Tipos de despesa	Despesa total média mensal familiar		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Total (R\$)	1 778,03	1 941,88	867,45
Despesas correntes	93,26	93,20	94,12
De consumo	82,41	81,82	89,77
Outras	10,85	11,38	4,35
Aumento do ativo	4,76	4,77	4,56
Diminuição do passivo	1,98	2,03	1,32

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

De acordo com a Tabela 10, observa-se também a distribuição percentual da despesa total, segundo os grandes grupos de despesas que a compõem, no Brasil e nas áreas urbanas e rurais do País. Já foi mencionado que a estimativa da despesa total média mensal familiar do Brasil é R\$ 1 778,03. Deste total, verifica-se que as despesas correntes representam uma participação de 93,26%, com 82,41% referentes à parcela das despesas de consumo e 10,85% referentes às outras despesas correntes. Nos demais grandes grupos da despesa total registraram-se participações de 4,76% referentes ao aumento do ativo e 1,98% para a diminuição do passivo.

A análise das participações percentuais mostra ainda, para o grande grupo despesas correntes, resultados muito próximos nos três estratos (Brasil, Brasil Urbano e Brasil Rural), situados entre 93% e 94%. Entretanto, identificam-se diferenças significativas quando são avaliadas as duas parcelas que compõem as despesas correntes.

Tanto para o Brasil quanto para o Brasil Urbano, a participação das parcelas referentes às despesas de consumo ficou em torno de 82% da despesa total. No Brasil Rural, este resultado situou-se próximo a 90%. Para as outras despesas correntes, as diferenças entre as participações observadas foram também expressivas, quando comparadas as situações urbana e rural. A participação média observada para o grupo ficou em 11,38% na área urbana e 4,35% na área rural, diferença explicada, principalmente, pelas despesas com impostos, contribuições trabalhistas e serviços bancários.

Na Tabela 11, observam-se as composições da despesa total para as cinco Grandes Regiões e, comparando-as com o Brasil, verificam-se para as despesas correntes oscilações pouco significativas em relação à média nacional de 93,26%. No entanto, a análise das componentes deste grande grupo evidencia dois patamares de participações bem definidas para as despesas de consumo: participações da ordem de 86% no Norte e Nordeste e da ordem de 81% no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Naturalmente, para as outras despesas correntes

que, junto com o consumo, é a outra componente das despesas correntes, seguem existindo dois patamares, sendo que as participações maiores estão no Sudeste, Sul e Centro-Oeste (perto de 11%) e as menores no Norte e Nordeste (perto de 8%).

Tabela 11 - Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, por tipos de despesas, segundo a situação do domicílio e Grandes Regiões - período 2002-2003

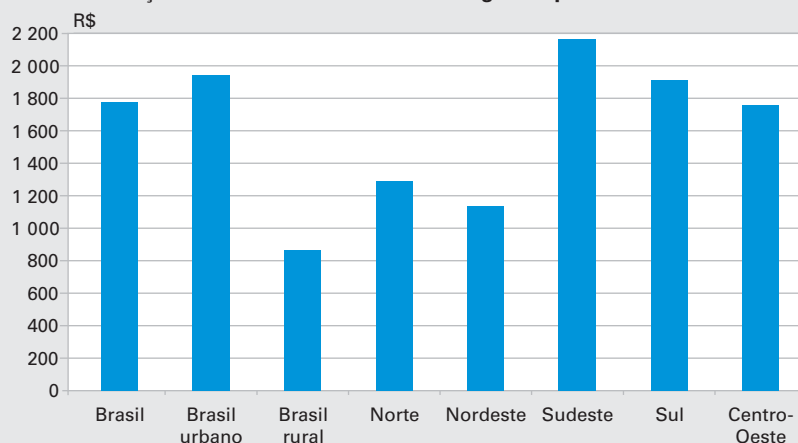
Situação do domicílio e Grandes Regiões	Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar							
	Despesa total			Despesas correntes (%)			Aumento do ativo (%)	Diminuição do passivo (%)
	Total (R\$)	Despesa monetária (%)	Despesa não-monetária (%)	Total	Despesas de consumo	Outras despesas correntes		
Brasil	1 778,03	84,10	15,90	93,26	82,41	10,85	4,76	1,98
Urbana	1 941,88	84,75	15,25	93,20	81,82	11,38	4,77	2,03
Rural	867,45	75,99	24,01	94,12	89,77	4,35	4,56	1,32
Norte	1 292,13	82,46	17,54	94,17	86,36	7,80	4,34	1,49
Nordeste	1 134,44	84,04	15,96	94,27	86,26	8,01	4,08	1,64
Sudeste	2 163,09	84,23	15,77	93,16	81,23	11,93	4,65	2,19
Sul	1 912,48	83,52	16,48	92,26	81,82	10,44	5,89	1,84
Centro-Oeste	1 756,68	85,69	14,31	93,60	81,61	11,99	4,66	1,74

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

No grande grupo aumento do ativo, a Região Sul apresentou 5,89%, ficando 1,12 pontos percentuais acima da participação média nacional que foi 4,77%. Nas outras regiões, esse grupamento teve participações pouco abaixo da média do Brasil. Para a diminuição do passivo, comparando-se todas as regiões, a Região Sudeste com participação de 2,19% registrou o único resultado acima da média nacional (1,98%).

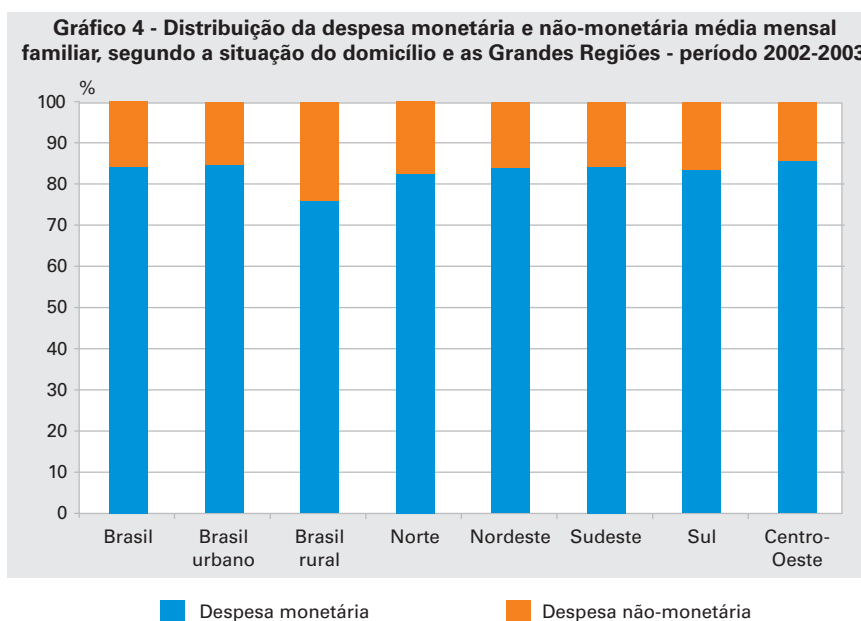
Na mesma Tabela 11 e através dos Gráficos 3 e 4, são apresentados, em destaque, resultados da despesa total segundo as componentes monetárias e não-monetárias. O conhecimento atualizado da participação da parcela

Gráfico 3 - Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2002-2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

referente às despesas não-monetárias nos orçamentos familiares é relevante para diferentes estudos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

A partir dos resultados encontrados na POF 2002-2003, verifica-se que a despesa monetária total nos resultados do Brasil e Grandes Regiões apresentou participações entre 82% e 86%, e os percentuais das despesas não-monetárias ficaram entre 14% e 17,5. Portanto, não se verificaram diferenças relevantes entre esses estratos geográficos.

Ao analisar as participações das despesas monetárias e não-monetárias dos domicílios localizados nas áreas urbanas e rurais separadamente, verificam-se diferenças significativas entre as participações. A área urbana apresentou participação média de 15,25%, enquanto na área rural esta participação ficou em 24,01%, indicando uma diferença significativa em relação aos domicílios situados nas áreas urbanas.

Na comparação entre os resultados do Brasil obtidos através da POF 2002-2003 e do ENDEF 1974-1975, apresentados na Tabela 12 e Gráfico 5, algumas considerações são importantes. A abrangência da POF compreendeu todo o território nacional, cobrindo as áreas urbanas e rurais. O ENDEF também cobriu todo o País, com exceção da área rural da Região Norte. Também, o intervalo de tempo entre as duas pesquisas, quase 30 anos, o que evidencia uma forte descontinuidade na investigação mais completa dos orçamentos familiares no Brasil, é um aspecto que deverá ser considerado na análise dos resultados destas pesquisas.

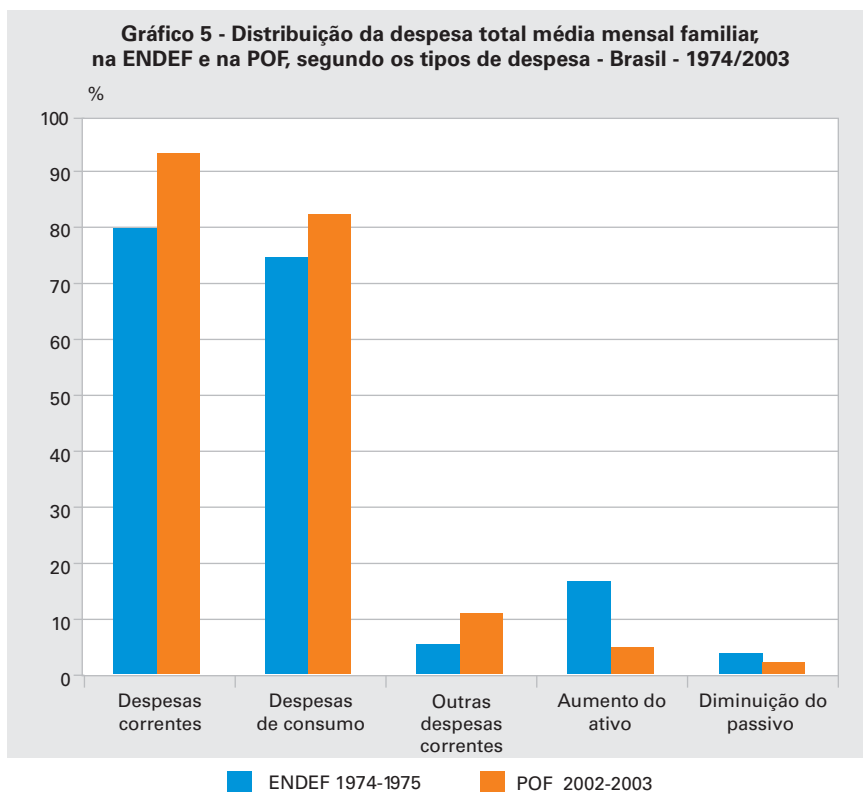
As participações dos grandes grupos de classificação das despesas (despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo) obtidos na POF 2002-2003 revelaram diversas alterações importantes e significativas na estrutura das despesas das famílias, quando comparadas com o ENDEF, conforme apresentadas na Tabela 12 e Gráfico 5.

Alteração relevante na estrutura da despesa familiar ocorreu no grande grupo das despesas correntes, com o aumento de 13,40 pontos percentuais em sua participação na despesa total, passando de 79,86% (ENDEF) para 93,26% (POF 2002-2003). Esta alteração na estrutura das despesas das famílias reflete uma tendência que vinha sendo percebida através dos resultados obtidos nas POFs 1987-1988 e 1995-1996.

Tabela 12 - Distribuição da despesa total média mensal familiar, na ENDEF e na POF, segundo os tipos de despesa - Brasil - 1974/2003

Tipo de despesa	Distribuição da despesa total média mensal familiar (%)	
	ENDEF 1974-1975	POF 2002-2003
Total	100,00	100,00
Despesas correntes	79,86	93,26
De consumo	74,59	82,41
Outras	5,27	10,85
Aumento do ativo	16,50	4,76
Diminuição do passivo	3,64	1,98

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Observa-se, também, que o percentual das despesas de consumo na POF 2002-2003 cresceu em relação ao ENDEF, passando a representar 82,41% da despesa total, contra 74,59% em 1974. Nota-se, ainda, que o grupo outras despesas correntes (impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras) também apresentou crescimento de participação significativo, passando de 5,27% no ENDEF para 10,85% na POF 2002-2003.

A parcela do aumento do ativo (aquisição de imóvel, reforma de imóvel e outros investimentos), com participação de 4,76% na POF 2002-2003, apresentou a maior diminuição na estrutura de despesas das famílias, perdendo 11,73 pontos percentuais na participação na despesa total em relação ao ENDEF (16,50%). Por último, cabe comentar que a parcela relativa à diminuição do passivo (pagamentos de empréstimos, carnês e prestações de imóvel) mostrou-se também menor no resultado da POF 2002-2003 (1,98%) em relação ao ENDEF (3,64%), representando uma redução de cerca de 45%.

Na observação das informações da POF 2002-2003 e do ENDEF, a Tabela 13 apresenta a distribuição percentual da despesa total segundo seus componentes no Brasil Urbano e no Brasil Rural. Praticamente as mesmas alterações verificadas nos tipos de despesas para o resultado nacional foram verificadas para as situações urbana e rural. As despesas correntes e as despesas de consumo cresceram na POF 2002-2003 em relação ao ENDEF, tanto na área urbana como na rural. Cabe destacar as mudanças ocorridas para a parcela outras despesas correntes, que mostraram crescimento em sua participação na despesa total superior a 100%, passando na área urbana de 4,65% no ENDEF para 11,29%, enquanto na área rural a participação subiu de 2,41% para 4,35%.

Tabela 13 - Despesa total média mensal familiar, na ENDEF e na POF, por situação do domicílio, segundo o tipo de despesa - Brasil - 1974/2003

Tipo de despesa	Despesa total média mensal familiar, por situação do domicílio			
	Urbana		Rural	
	ENDEF 1974-1975	POF 2002-2003	ENDEF 1974-1975	POF 2002-2003
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas correntes	80,86	93,2	87,53	94,12
De consumo	76,21	81,82	85,12	89,77
Outras	4,65	11,38	2,41	4,35
Aumento do ativo	16,22	4,77	11,29	4,56
Diminuição do passivo	2,92	2,03	1,18	1,32

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

As despesas referentes ao aumento do ativo e diminuição do passivo, tanto para a área urbana como para a área rural, apresentaram quedas na participação no período entre a realização do ENDEF e da POF atual.

Resultados e comentários sobre a despesa de consumo

As despesas de consumo representam a mais importante componente da estrutura de despesas das famílias e a estimativa da participação das despesas de consumo na despesa total, obtida a partir da POF 2002-2003, foi 82,41% para o Brasil.

A seguir, são apresentados alguns comentários sobre as participações das despesas dos diferentes grupos que compõem o consumo familiar em relação ao total das despesas de consumo. De acordo com a Tabela 14 e o Gráfico 6, pode-se observar que os grupos alimentação, habitação e transporte correspondem a 74,69% da despesa de consumo média mensal das famílias brasileiras, o que representa 61,55% da despesa total.

Tabela 14 - Participação na despesa de consumo monetária e não-monetária média mensal familiar, por tipos de despesas, segundo a situação do domicílio e Grandes Regiões - Brasil - período 2002-2003

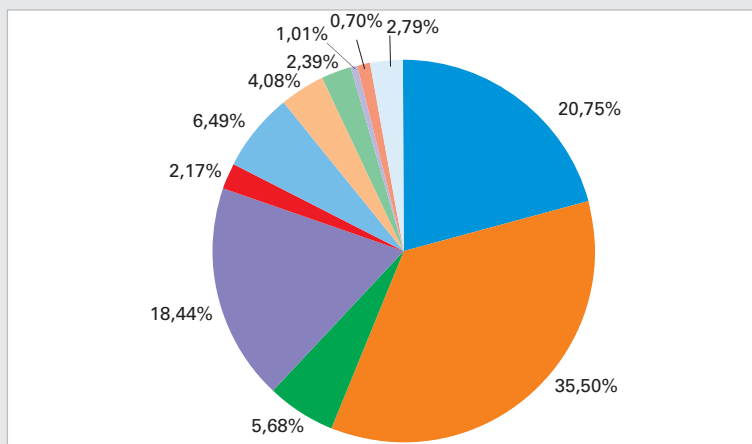
Situação do domicílio e Grandes Regiões	Participação na despesa de consumo monetária e não-monetária média mensal familiar, por tipos de despesas					
	Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Higiene e cuidados pessoais	Assistência à saúde
Brasil	20,75	35,50	5,68	18,44	2,17	6,49
Urbana	19,58	36,11	5,67	18,49	2,17	6,59
Rural	34,12	28,66	5,74	17,88	2,14	5,39
Norte	27,19	33,42	7,29	15,70	3,00	4,90
Nordeste	26,79	32,27	6,82	16,01	2,95	5,98
Sudeste	18,89	36,67	5,13	18,44	1,94	6,91
Sul	19,95	35,46	5,73	20,65	1,90	6,16
Centro-Oeste	18,09	35,86	5,90	20,77	2,13	6,40

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Participação na despesa de consumo monetária e não-monetária média mensal familiar, por tipos de despesas				
	Educação	Recreação e cultura	Fumo	Serviços pessoais	Despesas diversas
Brasil	4,08	2,39	0,70	1,01	2,79
Urbana	4,32	2,51	0,68	1,05	2,56
Rural	1,46	1,00	0,83	0,58	2,19
Norte	2,30	2,17	0,69	0,79	2,56
Nordeste	3,28	2,05	0,58	0,95	2,32
Sudeste	4,70	2,55	0,74	1,10	2,93
Sul	3,47	2,31	0,69	0,84	2,86
Centro-Oeste	4,05	2,29	0,66	1,10	2,76

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Na despesa com Alimentação, apresentaram maiores participações as Regiões Norte (27,19%) e a Nordeste (26,79%), com resultados superiores aos encontrados para o Brasil (20,75%). A menor participação deste grupo nas despesas de consumo ocorreu na Região Centro-Oeste (18,09%), influenciada principalmente pelo resultado encontrado para o Distrito Federal (13,64%). O Gráfico 7 apresenta os principais destaques regionais, por Unidades da Federação.

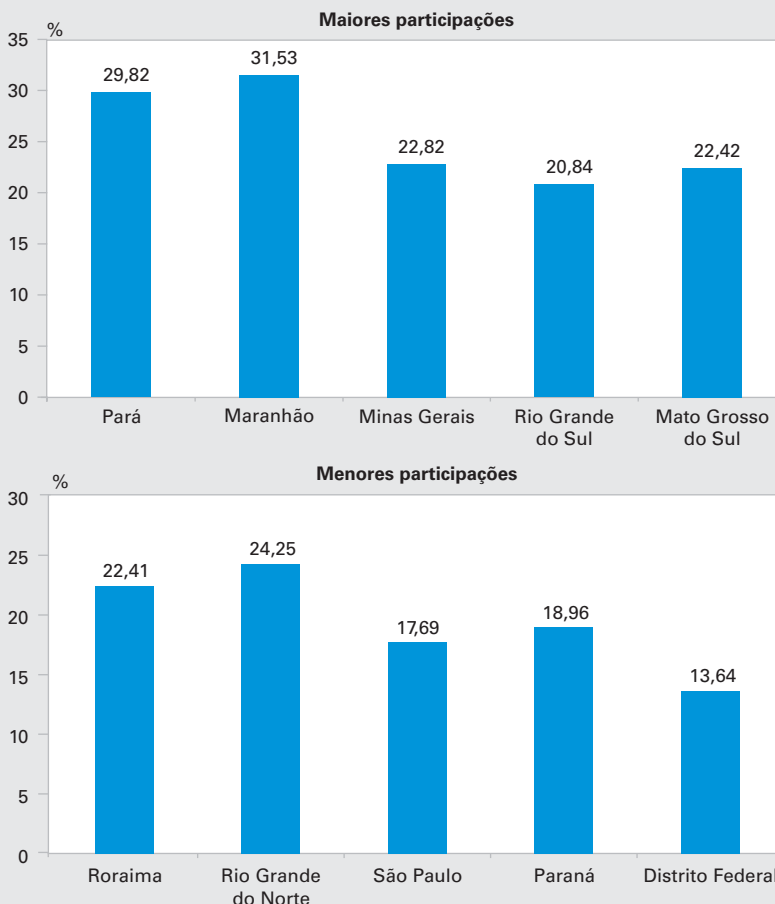
Gráfico 6 - Participação na despesa de consumo monetária e não-monetária média mensal familiar, por tipos de despesas - Brasil - período 2002-2003



- Alimentação
- Transporte
- Educação
- Serviços pessoais
- Habituação
- Higiene e cuidados pessoais
- Recreação e cultura
- Despesas diversas
- Vestuário
- Assistência à saúde
- Fumo

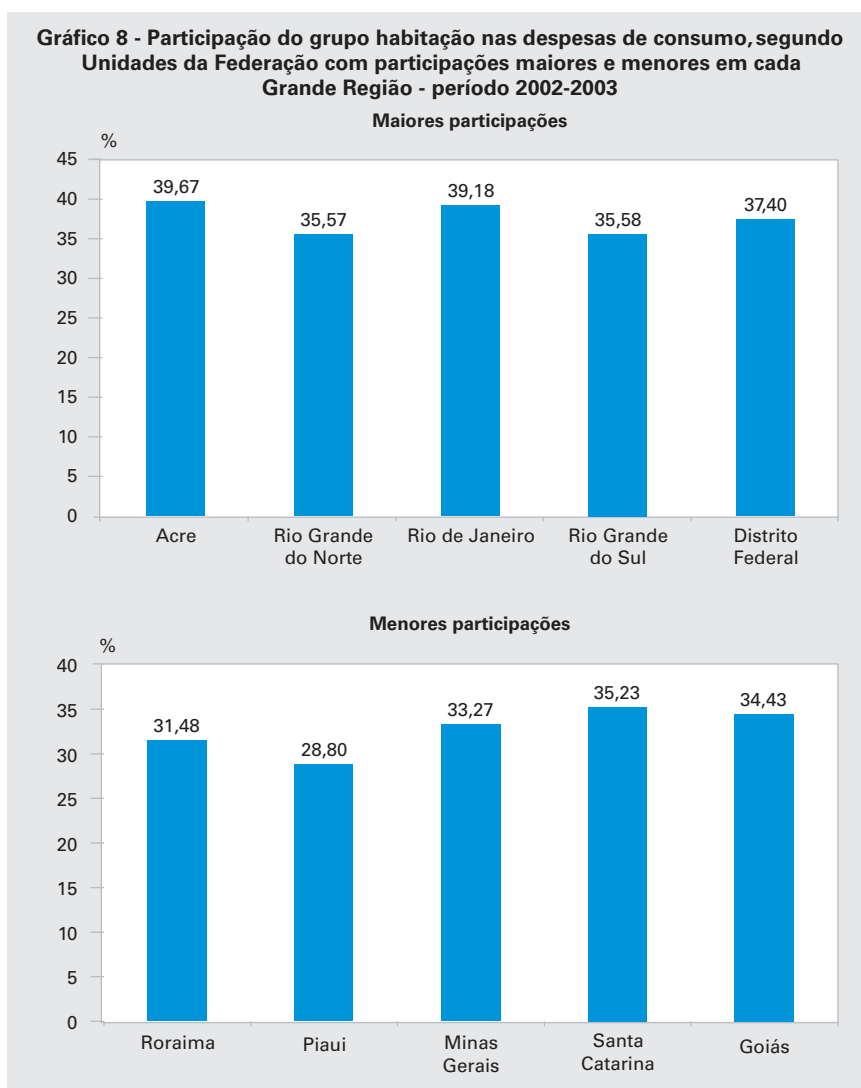
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Gráfico 7 - Participação do grupo alimentação nas despesas de consumo, segundo as Unidades da Federação com participações maiores e menores em cada Grande Região - período 2002-2003



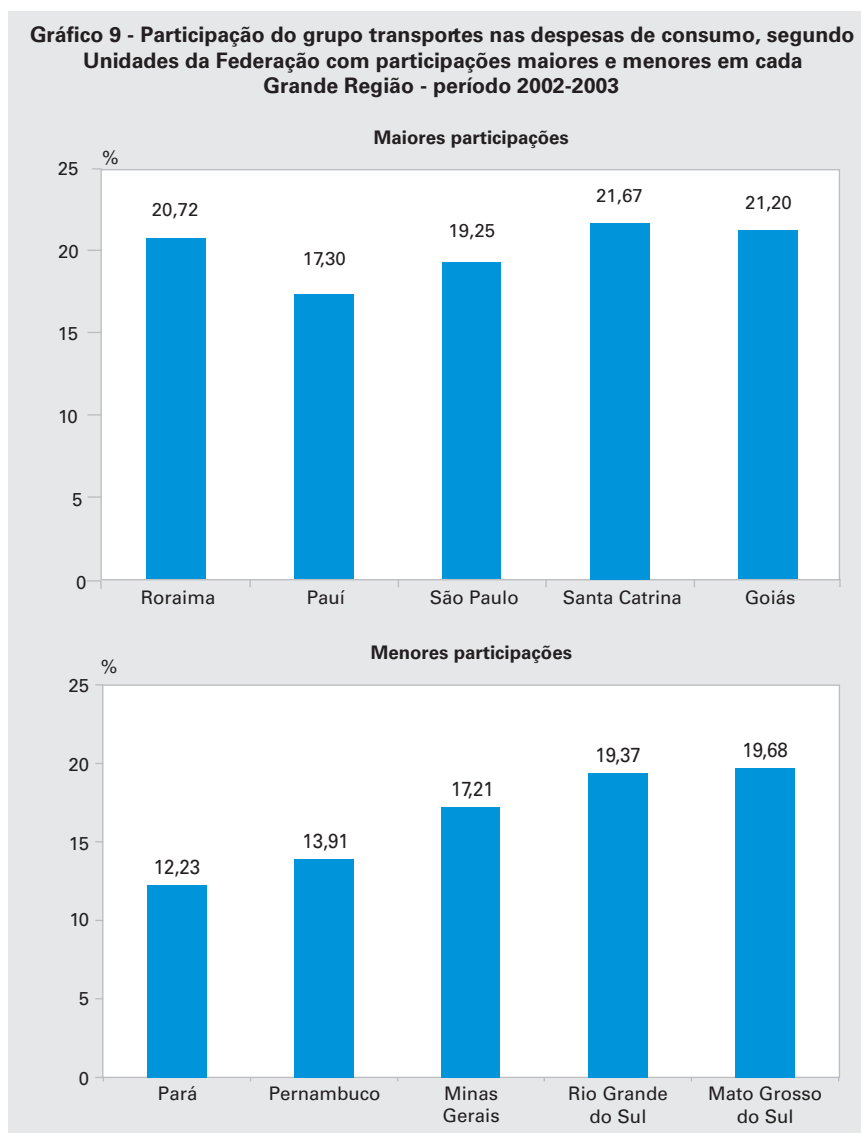
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

As despesas com Habitação responderam pela maior participação nas despesas monetárias e não-monetárias de consumo das famílias, tanto a nível nacional (35,50%) como regional. Para este grupo, a Região Sudeste apresentou a maior participação no total das despesas de consumo, 36,67 %, muito próxima do resultado para o Brasil. Nesta região, o estado que apresentou o percentual maior foi o Rio de Janeiro, com 39,18%, seguido de São Paulo, com 36,88%. Os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo ficaram com resultados abaixo da média nacional, com participação de 33,27% e 34,58%, respectivamente. Cabe esclarecer que destaca-se neste grupo a participação do item aluguel (14,88%), que considera os aluguéis pagos pelos inquilinos e mais a imputação referente à despesa não-monetária, com ocorrência em todos os domicílios cuja condição de ocupação fosse diferente de alugado. Esta despesa não-monetária foi valorada pelos informantes em função de valores de aluguéis no mercado local para domicílios similares. O Gráfico 8 apresenta os principais destaques regionais, por Unidades da Federação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Para as despesas com Vestuário, a participação no Brasil foi 5,68 %. O maior resultado foi verificado no Norte (7,29%) e o menor no Sudeste (5,13%), única região que apresentou participação abaixo da média nacional. O Estado do Amapá (8,19%) apresentou a maior participação e o Rio de Janeiro (4,35%) a menor participação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

No grupo Transporte, as regiões que tiveram participações nas despesas de consumo mais altas que a média nacional (18,44%) foram o Sul e Centro-Oeste, com resultados cerca de 1,70 pontos percentuais acima da média. A Região Norte apresentou o menor percentual para este grupo, com 15,70% de participação nas despesas de consumo. O Gráfico 9 apresenta os principais destaques regionais, por Unidades da Federação.

Nas despesas com Higiene e Cuidados Pessoais, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram participações mais elevadas quando comparadas ao resultado nacional (2,17%), com diferenças em torno de 0,80 pontos percentuais.

O patamar das participações das despesas com Assistência à Saúde confirmou a tendência de crescimento, que já vinha sendo verificada nas POFs anteriores, nas Regiões Metropolitanas. Nos resultados da POF 2002-2003, as participações encontradas para este grupo ficaram entre 4,90% (Norte) e 6,91% (Sudeste). Para a média do Brasil o resultado encontrado foi 6,49%. Cabe destaque ao Estado do Espírito Santo, que apresentou a maior participação deste grupo nas despesas de consumo (8,39%), enquanto o estado com a menor participação foi o Amazonas (3,11%).

Para as despesas com Educação, são diferentes os valores nas participações entre as Grandes Regiões. O resultado encontrado para o Brasil foi 4,08%. Em quatro Grandes Regiões verificam-se participações abaixo da média nacional. A Região Norte apresentou 2,30% de participação, o menor resultado encontrado na POF 2002-2003. Na Região Centro-Oeste, com 4,05%, foi obtido resultado muito próximo da média do Brasil, e na Região Sudeste, com 4,70%, foi verificada a maior participação. No Distrito Federal observa-se a maior participação (5,91%) das despesas com educação dentre as Unidades da Federação brasileiras. A menor participação foi registrada no Amazonas (1,41%).

O grupo Recreação e Cultura apresentou resultados homogêneos nas Grandes Regiões, onde as participações deste grupo nas despesas de consumo variaram entre 2,05% a 2,55%. A média deste grupo de despesa para o Brasil situou-se em 2,39%.

Para as despesas com Fumo, que apresentaram participação média nacional de 0,70% nas despesas de consumo, identificam-se percentuais similares nas Grandes Regiões e, portanto, muito próximos ao resultado encontrado para o Brasil. Destacaram-se, na POF 2002-2003, a Região Nordeste (0,58%), que apresentou a menor participação, e a Região Sudeste (0,74%), com a maior. Cabe salientar que este grupo vem apresentando quedas sucessivas na participação das despesas de consumo, o que é verificado quando são observados os resultados de pesquisas anteriores, a exemplo do ENDEF 1974-1975, em que a participação das despesas com fumo nas despesas de consumo era de 2,05%.

No grupo Serviços Pessoais identificam-se participações distintas nas Grandes Regiões e para o resultado Brasil. Como destaque, pode-se comentar os resultados das Regiões Centro-Oeste e Sudeste que ficaram com resultados iguais, com participações de 1,10%. Estes resultados foram superiores ao encontrado para o Brasil (1,01%).

Para o grupo Despesas Diversas (despesas com jogos e apostas, comunicação, cerimônias e festas familiares, serviços profissionais, imóveis de uso ocasional entre outras), as participações nas despesas de consumo variaram entre o resultado da Região Nordeste (2,32%) e da Sudeste (2,93%). Para o Brasil a média deste grupo de despesas situou-se em 2,79%.

Os comentários e resultados que seguem, referem-se às comparações entre o Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003, cabendo lembrar que alguns cuidados são requeridos na observação conjunta dos resultados das duas pesquisas, conforme mencionado anteriormente.

Assim, as comparações que serão apresentadas a seguir estão limitadas às aquisições das famílias referentes às despesas de consumo, de uma parte dos grupos de produtos e serviços. Este procedimento é necessário em função das diferenças existentes entre as duas pesquisas no que diz respeito à classificação dos itens de consumo utilizada. Foram selecionados cinco grupos - Alimentação, Habitação, Transporte, Assistência à Saúde e Educação que, além de atenderem ao requisito da padronização para viabilizar a observação comparativa, destacam-se como as maiores freqüências de aquisição e participações nos orçamentos domésticos. Para o Brasil, no ENDEF, totalizam 82,05 % das despesas de consumo e na POF 2002-2003, totalizam 85,26%, como pode ser observado na Tabela 15 e Gráfico 10 a seguir.

Tabela 15 - Participação na despesa de consumo monetária e não-monetária média mensal familiar, por situação do domicílio na ENDEF e na POF, segundo os tipos de despesa - Brasil - 1974/2003

Tipos de despesa	Participação na despesa de consumo monetária e não-monetária média mensal familiar					
	Total		Situação do domicílio			
			Urbana		Rural	
	ENDEF 1974-1975	POF 2002-2003	ENDEF 1974-1975	POF 2002-2003	ENDEF 1974-1975 (1)	POF 2002-2003
Alimentação	33,91	20,75	30,13	19,58	53,24	34,12
Habitação	30,41	35,50	32,65	36,11	17,84	28,66
Transporte	11,23	18,44	11,93	18,49	7,50	17,88
Assistência à saúde	4,22	6,49	4,05	6,59	5,03	5,39
Educação	2,28	4,08	2,58	4,32	0,87	1,46
Outros	17,95	14,74	18,66	14,91	15,52	12,49

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

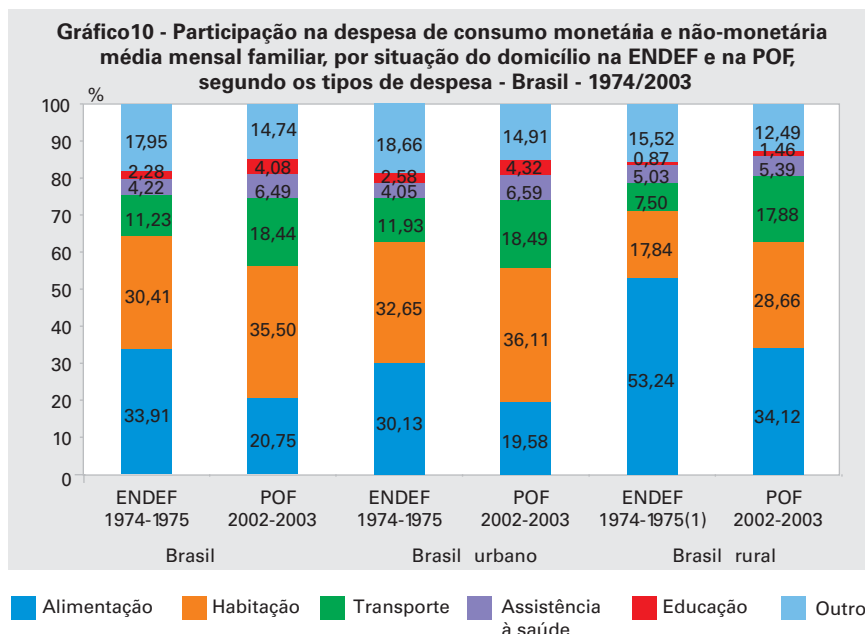
(1) Exclusiva a área rural da Região Norte.

Na avaliação dos resultados para o Brasil, as participações destes cinco grupos sofreram alterações bastante significativas no período considerado.

O grupo Alimentação, na POF 2002-2003, representou 20,75% do total das despesas de consumo, enquanto no ENDEF o mesmo representava 33,91%. Esta alteração acentuada na participação do grupo alimentação nas despesas de consumo reflete claramente as mudanças que vêm ocorrendo nas estruturas de despesas das famílias neste intervalo de tempo, conforme já verificado nas POFs anteriores. Para o Brasil Urbano, as alterações também foram significativas: no ENDEF era 30,13% e na POF atual este grupo apresentou participação de 19,58%. No Brasil Rural, da mesma forma, as mudanças foram expressivas, alterando-se essa participação de 53,24% no ENDEF para 34,12% na POF 2002-2003.

No grupo de despesas com Habitação, os resultados da POF apresentaram crescimentos significativos para os três níveis avaliados. Para o Brasil, verificou-se participação nas despesas de consumo de 35,50%, enquanto no ENDEF esta participação era 30,41%, indicando um crescimento de 5,09 pontos percentuais na participação do total das despesas de consumo. No Brasil Urbano, a evolução das participações no período ocorreu em menor escala quando comparadas ao resultado nacional, com aumento de participação no

período de 3,46 pontos percentuais. Já no Brasil Rural, a alteração ocorrida no período avaliado foi mais significativa, passando de 17,84% no ENDEF para 28,66% na POF 2002-2003, o que aponta crescimento de 10,82 pontos percentuais.



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.
(1) Exclui a área rural da Região Norte.

Nas participações das despesas com Transporte (despesas com transportes urbanos, combustíveis, manutenção e aquisição de veículos próprios entre outros), identificam-se alterações bastante significativas nos três níveis avaliados. Para o resultado nacional, verificou-se crescimento da participação do grupo transporte de 7,21 pontos percentuais, passando de 11,23% no ENDEF para 18,44% na POF 2002-2003. No Brasil Urbano, o crescimento acompanhou o resultado encontrado para o conjunto do País, com aumento de 6,56 pontos percentuais na participação das despesas de consumo. No grupo Transportes, o Brasil Rural apresentou maior crescimento de participação em relação ao resultado do ENDEF, com a participação nas despesas de consumo de 17,88%, observada na POF, indicando crescimento de 10,38 pontos percentuais.

No grupo Assistência à Saúde, ocorreram comportamentos distintos no período avaliado segundo as áreas urbanas e rurais. Quanto aos resultados do grupo no total das despesas de consumo, tanto no nível nacional como no Brasil Urbano, as participações apresentaram crescimentos similares no período analisado - em torno de 50%. No entanto, no Brasil Rural, este grupo praticamente não sofreu alteração: em 1974 era 5,03% e passou, nesta POF, para 5,39%.

Para o grupo Educação, as participações no total das despesas de consumo elevaram-se significativamente entre os dois momentos considerados, tanto para o País como um todo como para o Brasil Urbano e o Brasil Rural. No País como um todo e nas áreas urbanas, as participações cresceram 67,44% e 78,94%, respectivamente, e no Brasil Rural, passaram de 0,87% para 1,46%.

Resultados e comentários sobre a despesa com alimentação

As despesas com alimentação representam, segundo resultados da pesquisa, 17,10% da despesa total e 20,75% das despesas de consumo realizadas pelas famílias brasileiras. A apresentação dos resultados e comentários relativos às despesas com alimentação encontra-se organizada em duas partes: inicialmente, são observados os hábitos alimentares a partir das despesas com alimentos para consumo dentro e fora do domicílio e, em seguida, o detalhamento das despesas com alimentação no domicílio segundo grupos de produtos.

Assim, essa primeira parte dos comentários sobre alimentação aborda o comportamento da distribuição percentual e os valores (em reais) da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação, segundo o tipo de despesa, sob três enfoques: por situação do domicílio (se localizado na área urbana ou rural), por Grandes Regiões e por classes extremas de rendimento mensal familiar, estabelecendo uma comparação entre eles. O tipo de despesa aqui referido designa o local onde foi realizada a alimentação: se dentro ou fora do domicílio.

Comparando a distribuição percentual da despesa média mensal familiar com alimentação, segundo o tipo de despesa, por situação do domicílio, conforme mostrado na Tabela 16, observa-se que o percentual de despesa com alimentação fora do domicílio na área urbana (25,74%) é praticamente o dobro daquele observado na área rural (13,07%). Quando se observa o valor (em reais) da despesa com alimentação fora do domicílio, a diferença entre as áreas urbanas e rurais é também muito elevada, chegando a ser cerca de 130% maior na área urbana. Por outro lado, os valores médios em reais da despesa com alimentação no domicílio são praticamente iguais nas áreas urbanas e rurais e, conseqüentemente, quase idênticos à média brasileira.

Analisando a distribuição percentual das despesas com alimentação segundo os tipos de despesa, por Grandes Regiões (Tabela 17), verifica-se que o maior percentual com alimentação fora do domicílio ocorre na Região Sudeste (26,91%), seguida pelas Regiões Centro-Oeste (24,46%) e Sul (23,35%), enquanto os menores percentuais ocorrem nas Regiões Norte (19,10%) e Nordeste (19,52%).

Numa observação mais detalhada referente aos itens que compõem a alimentação fora do domicílio, verifica-se que o Norte e o Nordeste apresentaram os menores percentuais de despesa com almoço e jantar (5,82% e 6,48%, respectivamente) e os maiores percentuais de despesa com cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas (4,35% e 4,15%, respectivamente) do total da despesa com alimentação.

Cabe observar que o item de maior peso na alimentação fora do domicílio é almoço e jantar, responsável por 10,05% do total da despesa com alimentação no Brasil.

Em relação ao valor da despesa com alimentação fora do domicílio, também apresentado na Tabela 17, o valor na Região Sudeste (R\$ 89,34), o

maior do Brasil, é cerca de 75% maior que no Nordeste e 54% maior que no Norte, onde são verificados os menores valores do País.

Tabela 16 - Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação, por situação do domicílio, segundo o tipo de despesa - Brasil - período 2002-2003

Tipo de despesa	Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação (%)		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Despesa com alimentação			
Absoluto (R\$)	304,12	311,02	265,73
Relativo (%)	100,00	100,00	100,00
Alimentação no domicílio			
Absoluto (R\$)	230,98	230,96	231,00
Relativo (%)	75,95	74,26	86,93
Alimentação fora do domicílio			
Absoluto (R\$)	73,14	80,06	34,73
Relativo (%)	24,05	25,74	13,07
Número de famílias	48 534 638	41 133 202	7 401 436
Tamanho médio da família	3,62	3,55	4,05

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Na comparação das despesas com alimentação no domicílio e fora do domicílio por classes extremas de rendimento mensal familiar (Tabela 18), observa-se na classe com rendimentos mais baixos (classe 1 – até R\$ 400) uma proporção de 11,86% de despesa com alimentação fora do domicílio contra 88,14% de despesa com alimentação no domicílio.

Já na classe com rendimentos mais altos (classe 9 – mais de R\$ 4 000), a proporção de despesa com alimentação fora do domicílio sobe para 37,05%, contra 62,95% de despesa com alimentação no domicílio.

Comparando os itens que compõem a alimentação fora do domicílio, a maior diferença verificada entre as classes extremas de rendimento encontra-se no item almoço e jantar, que apresenta um percentual quase seis vezes maior na classe com rendimentos mais altos (19,63%).

Interessante notar que o valor da despesa total com alimentação na classe com rendimentos mais altos é pouco mais que o dobro do valor da média nacional e mais que o quádruplo do valor na classe com rendimentos mais baixos. O valor da despesa com alimentação no domicílio na classe com rendimentos mais altos é cerca de 80% maior que a média nacional e mais

que o triplo do valor na classe com rendimentos mais baixos. A diferença se torna ainda mais acentuada quando se compara o valor da despesa com alimentação fora do domicílio, que na classe com rendimentos mais altos é cerca de 2,4 vezes maior que a média nacional e 13 vezes maior que o valor na classe com rendimentos mais baixos.

Tabela 17 - Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação, por Grandes Regiões, segundo o tipo de despesa - Brasil - período 2002-2003

Tipo de despesa	Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Despesa com alimentação						
Absoluto (R\$)	304,12	303,37	262,18	331,94	312,12	259,40
Relativo (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação no domicílio						
Absoluto (R\$)	230,98	245,42	211,01	242,61	239,55	195,94
Relativo (%)	75,95	80,90	80,48	73,09	76,75	75,54
Alimentação fora do domicílio						
Absoluto (R\$)	73,14	57,95	51,17	89,34	72,57	63,46
Relativo (%)	24,05	19,10	19,52	26,91	23,25	24,46
Número de famílias	48 534 638	3 143 142	12 235 500	21 897 577	7 768 891	3 489 528
Tamanho médio da família	3,62	4,34	4,01	3,42	3,33	3,50

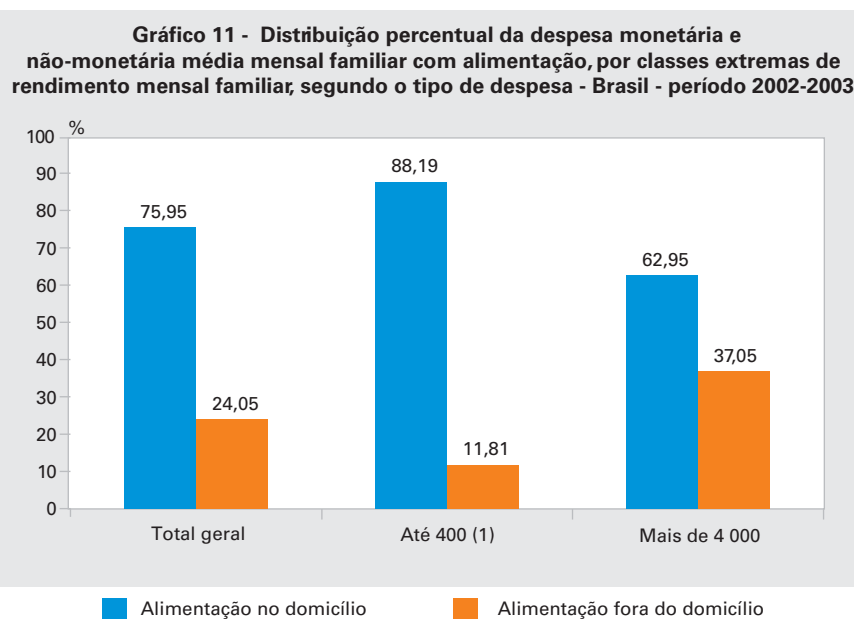
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Tabela 18 - Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação, por classes extremas de rendimento mensal familiar, segundo o tipo de despesa - Brasil - período 2002-2003

Tipo de despesa	Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação (%)		
	Total	Classes extremas de rendimento mensal familiar	
		Até 400 (1)	Mais de 4 000
Despesa com alimentação			
Absoluto (R\$)	304,12	148,59	662,72
Relativo (%)	100,00	100,00	100,00
Alimentação no domicílio			
Absoluto (R\$)	230,98	131,04	417,16
Relativo (%)	75,95	88,19	62,95
Alimentação fora do domicílio			
Absoluto (R\$)	73,14	17,55	245,56
Relativo (%)	24,05	11,81	37,05
Número de famílias	48 534 638	7 949 351	4 704 154
Tamanho médio da família	3,62	3,34	3,67

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Inclusive sem rendimento.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Inclusive sem rendimento

Na seqüência, os comentários focalizam a despesa com alimentação no domicílio e a participação das diversas categorias de produtos no total desse tipo de despesa, comparando-a entre as áreas urbanas e rurais e entre as Grandes Regiões brasileiras. Além disso, são efetuadas comparações com as POFs anteriores.

Analisando a Tabela 19, que apresenta a distribuição percentual da despesa média mensal familiar com alimentação no domicílio, segundo os grupos de produtos, por situação do domicílio, importantes diferenças são verificadas e, também, facilmente visualizadas no Gráfico 12.

Observa-se que o cardápio das áreas urbanas e rurais apresenta substanciais diferenças, embora em ambas o grupo Carnes, vísceras e pescados represente a maior participação. Enquanto nas áreas urbanas os Leites e derivados e Panificados são os outros dois grupos de produtos que apresentam maior participação (os três grupos mais importantes representam 42% do total dos gastos com alimentação no domicílio), na alimentação das áreas rurais, os Cereais, leguminosas e oleaginosas e as Farinhas, féculas e massas são os outros dois grupos mais importantes que, junto com as Carnes, vísceras e pescados, representam 46% das despesas com alimentação.

A área urbana apresentou 9,19% de proporção de despesa com o grupo Cereais, leguminosas e oleaginosas, contrastando com a área rural, cuja proporção foi 16,86%. Comparando os itens arroz e feijão, que compõem esse grupo, encontra-se uma proporção de 5,59% na área urbana e 9,01% na área rural, para o arroz, e 2,95% na área urbana e 6,46% na área rural, para o feijão.

A comparação entre os resultados do grupo Farinhas, féculas e massas mostra que na área rural a proporção desse grupo é quase 80% maior que na área urbana. Essa diferença se deve, principalmente, à superioridade de 130,87% da participação na despesa com alimentação no domicílio da farinha de trigo e de 287,03% da participação com farinha de mandioca na área rural.

A proporção do grupo Açúcares e derivados não difere muito entre as áreas urbana (5,79%) e rural (6,61%), embora o açúcar cristal represente uma proporção de despesa 132,68% maior na área rural do que a participação na área urbana.

Tabela 19 - Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, por situação do domicílio, segundo os grupos de produtos - Brasil - período 2002-2003

Grupos de produtos	Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio (%)		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Alimentação no domicílio	100,00	100,00	100,00
Cereais, leguminosas e oleaginosas	10,36	9,19	16,86
Farinhas, féculas e massas	5,71	5,09	9,14
Açúcares e derivados	5,91	5,79	6,61
Legumes e verduras	2,96	2,95	3,06
Frutas	4,18	4,39	3,00
Carnes, vísceras e pescados	18,34	18,02	20,12
Aves e ovos	7,14	6,98	8,03
Leites e derivados	11,94	12,46	9,07
Panificados	10,92	11,77	6,19
Óleos e gorduras	3,38	3,18	4,46
Bebidas e infusões	8,48	8,97	5,75
Alimentos preparados	2,35	2,67	0,58
Outros alimentos	8,32	8,54	7,12
Número de famílias	48 534 638	41 133 202	7 401 436
Tamanho médio da família	3,62	3,55	4,05

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

A área rural apresentou um percentual de despesa com o grupo Carnes, vísceras e pescados 11,65% maior que na área urbana. Em relação aos componentes desse grupo, observa-se percentual maior de despesa com a carne de boi de primeira (5,29%) e carnes e peixes industrializados (4,00%) na área urbana e com carne de boi de segunda (4,33%), carne de suíno (1,66%) e os pescados frescos (2,97%) na área rural.

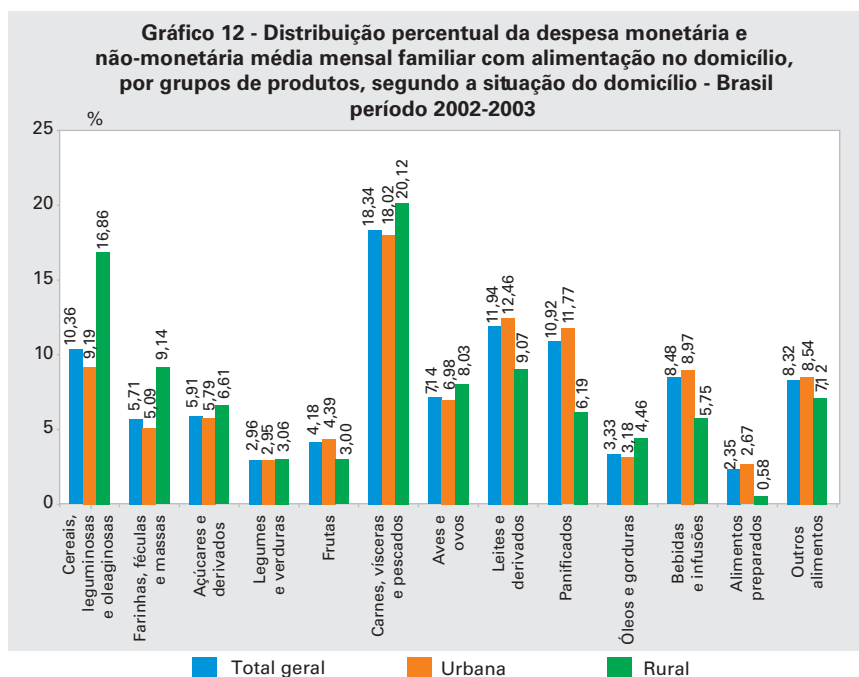
No grupo Leites e derivados, verifica-se uma proporção de despesa 37,37% maior na área urbana, quando comparada à área rural.

A comparação entre os percentuais do grupo Panificados mostra que na área urbana o percentual é 90,12% maior que na área rural. A grande diferença entre as áreas está na prevalência da despesa com pão francês na área urbana que atinge o valor de 6,32% contra 2,35% na área rural.

Quanto ao grupo Óleos e gorduras, observa-se uma proporção de despesa 40,10% maior na área rural, em relação à área urbana.

O percentual de despesa com o grupo Bebidas e infusões é 56,05% maior na área urbana, principalmente em função da participação 135,55% maior com o item refrigerantes e 160,14% maior com o item cervejas e chopes.

A comparação do grupo Alimentos preparados revela a forte predominância desse grupo na área urbana, onde alcança um percentual 358,84% maior que na área rural.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Numa comparação entre as Grandes Regiões brasileiras, observa-se que o padrão de despesa das famílias com categorias de produtos que compõem a alimentação no domicílio difere muito regionalmente, como pode ser visto na Tabela 20.

A Região Norte destacou-se pelo maior percentual de despesa com o grupo Carnes, vísceras e pescados (26,30%) e pelo menor com os grupos Açúcares e derivados (4,62%) e Leites e derivados (7,84%). É importante ressaltar que o maior percentual de despesa com o grupo Carnes, vísceras e pescados na Região Norte se deve às expressivas participações das despesas com carne de boi de primeira (6,66%), carne de boi de segunda (5,34%) e, principalmente, ao maior percentual com pescados frescos (7,48%), muito acima das demais regiões. Na Região Sul, a participação percentual das Carnes, vísceras e pescados no total da alimentação ficou em 18,37%

Vale ressaltar que, no grupo Açúcares e derivados, as Regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentaram as maiores proporções de despesa com açúcar cristal (3,05% e 2,78%, respectivamente) e as menores com açúcar refinado (0,13% e 0,89%, respectivamente). No grupo Leites e derivados, a proporção de despesa com leite pasteurizado é predominante nas Regiões Sudeste (6,36%), Sul (7,00%) e Centro-Oeste (6,45%), enquanto a proporção de despesa com leite em pó predomina fortemente nas Regiões Norte e Nordeste (3,06%, em ambas).

Quanto ao grupo Cereais, leguminosas e oleaginosas, verifica-se que o menor percentual de despesa ocorre na Região Sul (7,34%), enquanto os maiores percentuais ocorrem nas Regiões Nordeste (13,44%) e Centro-Oeste (13,35%). Comparando a participação do arroz e do feijão, as maiores diferenças encontradas ocorrem entre as Regiões Centro-Oeste (9,28%) e Sul (4,33%), para o arroz, e entre as Regiões Nordeste (5,58%) e Sul (2,19%), para o feijão.

Tabela 20 - Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, por Grandes Regiões, segundo os grupos de produtos - período 2002-2003

Grupos de produtos	Distribuição percentual da despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Alimentação no domicílio	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cereais, leguminosas e oleaginosas	10,36	11,21	13,44	9,41	7,34	13,35
Farinhas, féculas e massas	5,71	7,88	7,91	4,05	7,06	4,16
Açúcares e derivados	5,91	4,62	5,54	6,12	6,45	5,75
Legumes e verduras	2,96	2,78	2,78	3,14	2,74	3,12
Frutas	4,18	3,20	3,92	4,55	4,04	3,75
Carnes, vísceras e pescados	18,34	26,30	19,92	16,47	18,37	17,87
Aves e ovos	7,14	9,03	8,46	6,45	6,71	6,65
Leites e derivados	11,94	7,84	10,51	13,14	12,56	10,96
Panificados	10,92	8,83	10,52	11,89	10,19	9,24
Óleos e gorduras	3,38	3,47	3,04	3,35	3,31	4,99
Bebidas e infusões	8,48	7,88	5,81	9,30	9,79	9,30
Alimentos preparados	2,35	1,61	1,26	2,90	2,79	1,82
Outros alimentos	8,32	5,36	6,89	9,24	8,65	9,04
Número de famílias	48 534 638	3 143 142	12 235 500	21 897 577	7 768 891	3 489 528
Tamanho médio da família	3,62	4,34	4,01	3,42	3,33	3,50

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Na proporção de despesa com o grupo Farinhas, féculas e massas, verifica-se similaridade entre as Regiões Sudeste e Centro-Oeste (4,05% e 4,16%, respectivamente), enquanto as Regiões Norte, Nordeste e Sul apresentam médias mais elevadas (7,88%, 7,91% e 7,06%, respectivamente). Apesar do Norte, Nordeste e Sul apresentarem resultados semelhantes referentes às despesas com esse grupo, o mesmo não acontece com os itens que o compõem: enquanto a farinha de trigo representa uma proporção de despesa de 3,39% na Região Sul, 0,62% na Região Norte e 0,45% na Nordeste, a farinha de mandioca representa 0,17% na Região Sul, 4,44% na Região Norte e 2,61% na Nordeste.

Na proporção de despesa com o grupo Aves e Ovos, verifica-se similaridade entre as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (6,45%, 6,71% e 6,65%, respectivamente), enquanto as Regiões Norte e Nordeste apresentam média mais elevada (9,03% e 8,46%, respectivamente).

Um outro aspecto interessante diz respeito à participação na despesa do grupo Óleos e gorduras. A Região Centro-Oeste apresenta resultado mais expressivo (4,99%), cerca de 50% maior que nas demais regiões.

A Região Nordeste apresentou uma proporção de 5,81% relativa à categoria Bebidas e infusões para consumo no domicílio. Já as Regiões Sudeste (9,30%), Sul (9,79%) e Centro-Oeste (9,30%) apresentaram proporções bastante similares, cerca de 60% maior que no Nordeste. Similaridade esta também verificada para o item refrigerantes (3,59%, 3,23% e 3,24% respectivamente), nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, contra 2,30% e 2,06% nas Regiões Norte e Nordeste; e para o item cervejas e chopes (1,95%, 1,87% e 2,26%, respectivamente) nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, bastante superiores à proporção na Região Norte (0,95%) e na Nordeste (0,72%).

Outra diferença marcante encontrada foi a proporção bem mais elevada de despesa com Alimentos preparados nas Regiões Sudeste (2,90%) e Sul (2,79%), contra 1,61%, 1,26% e 1,82% nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente.

Para efeito de comparação entre a POF 2002-2003 e as anteriores, a Tabela 21 apresenta os resultados da participação dos diversos grupos de produtos na despesa total com alimentação no domicílio, em cinco Regiões Metropolitanas: Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Vale ressaltar que os resultados apresentados referem-se somente à despesa monetária, uma vez que a despesa não-monetária não foi objeto de investigação nas POFs 1995-1996 e 1987-1988.

Tabela 21 - Distribuição percentual da despesa monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, por Regiões Metropolitanas selecionadas, segundo os grupos de produtos - 1987/2003

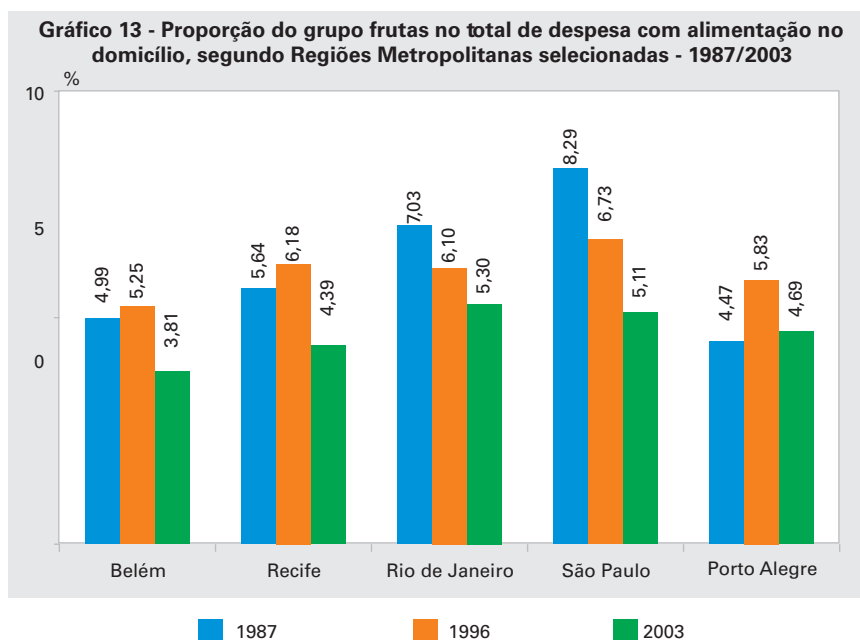
Grupos de produtos	Distribuição percentual da despesa monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio (%)								
	Regiões Metropolitanas selecionadas								
	Belém			Recife			Rio de Janeiro		
	1987/1988	1995/1996	2002/2003	1987/1988	1995/1996	2002/2003	1987/1988	1995/1996	2002/2003
Alimentação no domicílio	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cereais, leguminosas e oleaginosas	8,16	8,33	7,31	6,99	5,05	7,24	7,29	8,49	6,83
Açúcares e derivados	3,85	3,01	3,68	5,20	4,43	4,41	6,18	4,33	5,14
Frutas	4,99	5,25	3,81	5,64	6,18	4,39	7,03	6,10	5,30
Carnes, vísceras e pescados	35,48	29,06	27,01	22,86	17,28	14,14	23,87	17,43	17,17
Aves e ovos	7,80	9,69	8,67	8,97	8,04	7,16	7,07	6,40	7,27
Leites e derivados	9,51	9,75	9,45	13,60	14,94	14,30	15,58	14,57	15,12
Panificados	8,81	10,99	11,17	13,50	14,38	13,20	9,37	12,40	12,82
Bebidas e infusões	5,57	7,35	10,05	6,49	8,86	8,75	6,94	9,74	10,46
Outros alimentos	15,84	16,54	18,84	16,76	20,815	26,39	16,64	20,53	19,89

Grupos de produtos	Distribuição percentual da despesa monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio (%)					
	Regiões Metropolitanas selecionadas					
	São Paulo			Porto Alegre		
	1987/1988	1995/1996	2002/2003	1987/1988	1995/1996	2002/2003
Alimentação no domicílio	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cereais, leguminosas e oleaginosas	6,98	4,00	6,54	5,27	3,56	5,53
Açúcares e derivados	5,52	3,44	5,44	6,80	6,62	5,51
Frutas	8,29	6,73	5,11	4,47	5,83	4,69
Carnes, vísceras e pescados	21,33	16,95	17,42	23,20	17,16	17,82
Aves e ovos	6,85	5,55	6,88	7,64	6,67	5,90
Leites e derivados	16,42	14,28	13,27	15,48	14,67	14,93
Panificados	8,18	10,29	13,29	9,46	12,75	12,07
Bebidas e infusões	6,67	9,17	9,07	10,06	13,23	10,94
Outros alimentos	19,76	29,59	22,98	17,60	19,51	22,60

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987-1988/

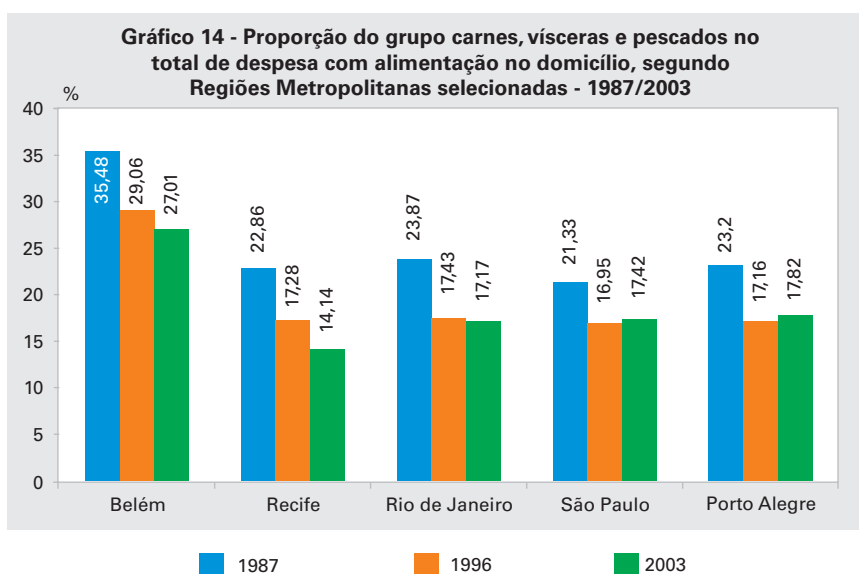
Verificam-se importantes alterações na estrutura da despesa com alimentação no domicílio na pesquisa realizada em 2002-2003 em relação às datas de realização das outras POFs. São apresentados, a seguir, alguns destaques segundo grupamentos de produtos.

Os percentuais das despesas com Frutas no total da alimentação no domicílio apresentaram quedas relevantes em Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre de 1996 para 2003, conforme destacado no Gráfico 13.



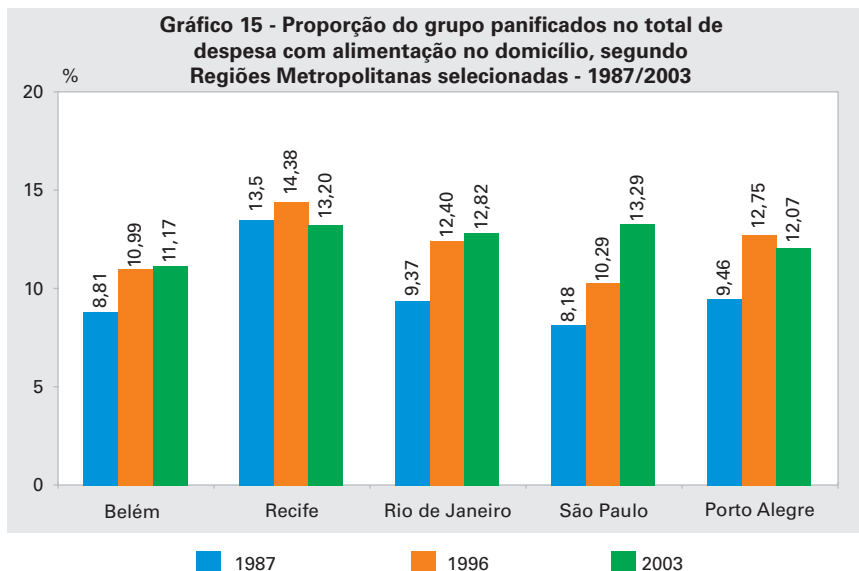
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Destacam-se também as Carnes, vísceras e pescados (Gráfico 14) que apresentaram, nas cinco Regiões Metropolitanas analisadas, predominante redução nas participações das despesas em alimentos desde 1987, sendo que a queda mais expressiva ocorreu de 1987 para 1996.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

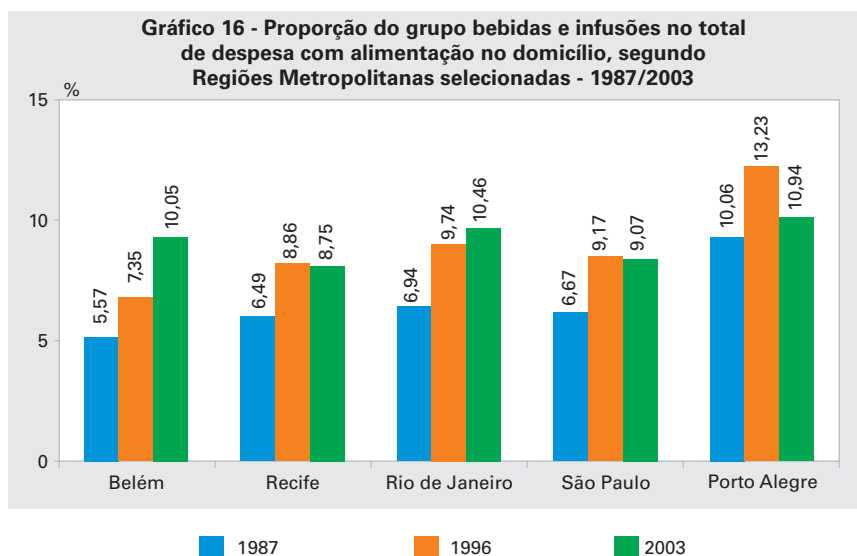
Os Panificados, por outro lado, na comparação direta entre 1987 e 2003, ganharam mais importância nas despesas com alimentação no domicílio em 2003. A exceção foi Recife, onde o crescimento da participação foi em 1996, comparada a 1987 (Gráfico 15).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

As Bebidas e infusões (Gráfico 16) em todas as regiões ganharam participação em 1996 quando comparadas com 1987, sendo que, neste momento, Porto Alegre foi um destaque, passando de 10,06% de participação para 13,23%. Em 2003, o aumento da participação prosseguiu expressivo em Belém, e em Porto Alegre o percentual foi menor que o observado em 1996.

Assim, de um modo geral, pode-se afirmar que, entre 1987 e 2003, nas cinco Regiões Metropolitanas aqui analisadas, as participações nas despesas com Carnes, vísceras e pescados, Leites e derivados, Açúcares de derivados e Frutas se reduz, enquanto aumentam as participações dos Panificados e Bebidas e infusões.

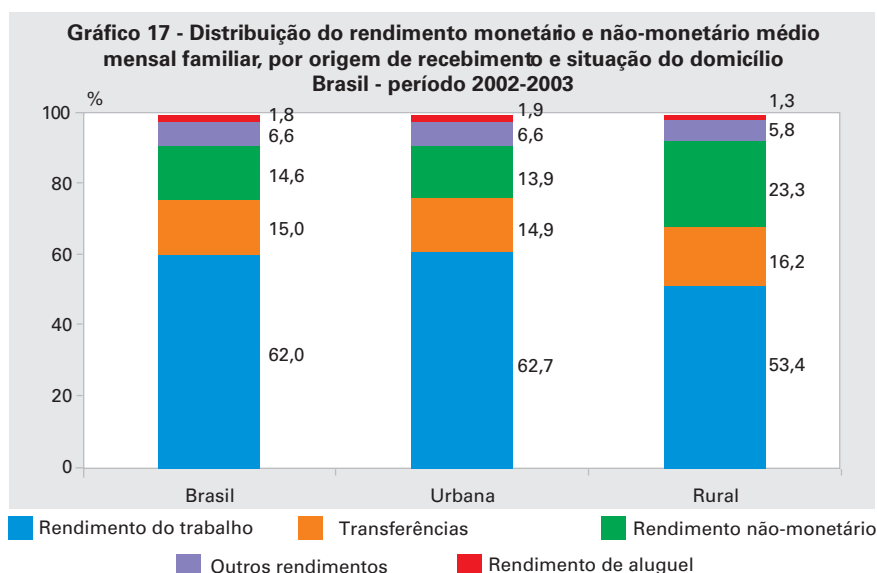


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987-1988/2002-2003.

Rendimentos

O rendimento médio mensal familiar estimado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003 é composto por uma parcela monetária e outra não-monetária. A parcela monetária inclui os rendimentos do trabalho, as transferências, os rendimentos de aluguel e outros rendimentos da família. A parcela não-monetária foi estimada pela primeira vez nesta pesquisa, a partir da utilização e do consumo de produtos adquiridos através da produção própria, retirada do negócio, troca, doações, pagamentos em espécie, entre outros⁴.

A análise da estrutura do rendimento médio mensal familiar no Brasil, construída com base nas informações da POF 2002-2003 e apresentada no Gráfico 17, revela que 62% dos rendimentos são provenientes do trabalho. A participação desse componente na formação do rendimento médio familiar é também significativa tanto no âmbito nacional urbano quanto rural, sendo, em ambos os casos, responsável por mais da metade do rendimento total.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

O segundo maior componente do rendimento médio mensal familiar são as transferências (15%), que incluem, entre outros, os fluxos de renda provenientes de aposentadoria, os fluxos interfamiliares, como é o caso das pensões alimentícias e das doações monetárias, além das transferências transitórias. Ressalta-se que cerca de 75% das transferências são derivadas dos rendimentos da aposentadoria de previdência pública.

No total da distribuição, os rendimentos de aluguel (de bens móveis e imóveis) e os outros rendimentos (que incluem, entre outros, as vendas esporádicas, empréstimos e aplicações de capital) são aqueles com as menores contribuições na composição do rendimento médio familiar (1,8% e 6,6%, respectivamente), sem diferenças substanciais entre a média brasileira e das áreas urbana e rural.

Quanto aos rendimentos não-monetários, estes apresentam na composição do rendimento médio mensal familiar participação de 14,6%.

⁴ O rendimento não-monetário inclui o valor do aluguel do domicílio estimado pelas unidades de consumo com condição de ocupação diferente de alugado, deduzidas as despesas com manutenção, impostos, taxas e seguros.

Nas áreas urbanas, os rendimentos provenientes de transferências (14,9%) têm uma participação bastante similar àquela dos rendimentos não-monetários (13,9%), sendo ambas próximas da média brasileira. Entretanto, nas áreas rurais, as transferências representam 16,2% do rendimento médio e os rendimentos não-monetários são a segunda fonte de renda, com uma participação (23,3%) que é cerca de dez pontos percentuais superior àquela urbana.

A Tabela 22 apresenta o valor e a distribuição percentual dos componentes do rendimento médio mensal familiar no Brasil e Grandes Regiões. O maior rendimento é da Região Sudeste, seguida da Região Sul, cerca de 23% e 9% superiores à média nacional, respectivamente. Essas duas regiões apresentam valores superiores à média brasileira em todas as categorias de rendimento apresentadas. A região com o menor rendimento é a nordestina, cujo valor está próximo de 60% da média nacional, seguida pela Região Norte, onde o rendimento representa cerca de 70% da média brasileira. São justamente nestas regiões que a família, de acordo com as informações apresentadas no Gráfico 18, têm maior tamanho médio, com 4 ou mais pessoas.

Tabela 22 - Distribuição do rendimento monetário e não-monetário médio mensal familiar, com indicação do tamanho médio das famílias, por origem de recebimento, segundo as Grandes Regiões - período 2002-2003

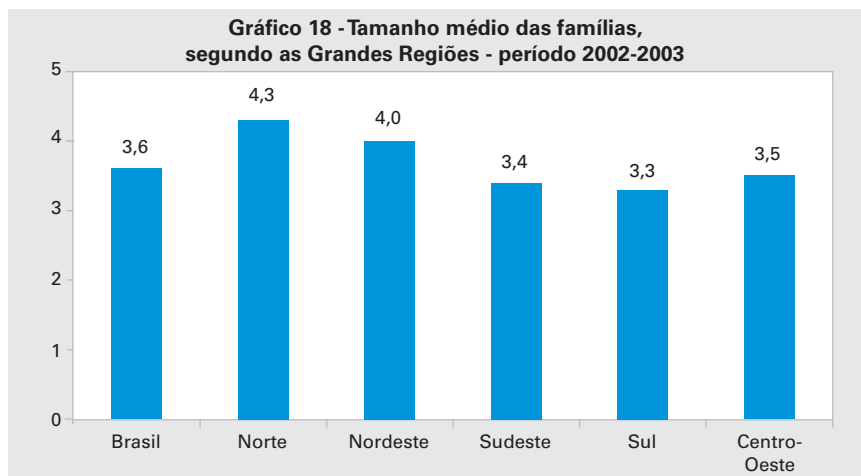
Grandes Regiões	Distribuição do rendimento monetário e não-monetário médio mensal familiar (%)						Tamanho médio da família
	Total	Origem do recebimento					
		Rendimento do trabalho	Transferências	Rendimento de aluguel	Outros rendimentos	Rendimento não-monetário	
Brasil							
Absoluto (R\$)	1 789,66	1 109,39	268,78	32,80	117,73	260,96	3,6
Relativo (%)	100,0	62,0	15,0	1,8	6,6	14,6	..
Norte							
Absoluto (R\$)	1 259,91	827,72	135,78	12,92	73,76	209,72	4,3
Relativo (%)	100,0	65,7	10,8	1,0	5,9	16,6	..
Nordeste							
Absoluto (R\$)	1 085,82	645,39	200,13	14,74	56,93	168,62	4,0
Relativo (%)	100,0	59,4	18,4	1,4	5,2	15,5	..
Sudeste							
Absoluto (R\$)	2 204,71	1 374,07	331,39	44,65	149,31	305,29	3,4
Relativo (%)	100,0	62,3	15,0	2,0	6,8	13,8	..
Sul							
Absoluto (R\$)	1 946,30	1 182,47	280,54	38,74	145,33	299,22	3,3
Relativo (%)	100,0	60,8	14,4	2,0	7,5	15,4	..
Centro-Oeste							
Absoluto (R\$)	1 781,45	1 166,45	210,21	26,44	110,88	267,47	3,5
Relativo (%)	100,0	65,5	11,8	1,5	6,2	15,0	..

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Na Região Nordeste, o maior rendimento é do Estado da Bahia. No entanto, apesar de ser o maior rendimento de sua região, representa 68% do observado no Estado do Espírito Santo, detentor do menor rendimento da Região Sudeste. No caso da Região Norte, o maior rendimento é do Estado de Rondônia, sendo este inferior em 31% aos auferidos no Estado de São Paulo.

Todavia, é interessante ressaltar que o rendimento de Rondônia é maior que todos os demais da Região Centro-Oeste, excluindo o Distrito Federal.

A participação dos rendimentos provenientes do trabalho na composição do rendimento médio familiar é maior ou igual a 60% nas cinco regiões em análise. O rendimento do trabalho tem maior participação na Região Norte (65,7%) e na Região Centro-Oeste (65,5%) e menor participação nas Regiões Nordeste (59,4%) e Sul (60,8%). No Sudeste é igual a 62,3%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

As transferências têm maior participação no rendimento da Região Nordeste (18,4%), embora o seu valor em reais seja inferior à média nacional. As Regiões Norte (10,8%) e Centro-Oeste (11,8%) apresentam menor participação das transferências na composição do rendimento médio mensal familiar.

Os outros rendimentos e os de aluguel de bens móveis e imóveis são, tanto no Brasil como nas grandes regiões, os que apresentam as menores parcelas na composição do rendimento médio familiar, cerca de 2% e 6%, respectivamente. No caso dos outros rendimentos, é importante observar que a sua composição é diferenciada entre as regiões. Em todas as regiões as vendas esporádicas representam mais de metade dos outros rendimentos. No entanto, nas Regiões Norte e Nordeste os empréstimos apresentam o segundo maior peso nesta categoria de rendimento, cerca de 15% e 27%. Os rendimentos derivados das aplicações de capital representam, nas regiões Sudeste e Sul, 1,7% e 1,9%, respectivamente, do total do rendimento médio mensal familiar, enquanto nas outras regiões é próximo de 0,5%.

Em termos da distribuição do rendimento não-monetário, apenas nas Regiões Norte (16,6%) e Nordeste (15,5%) seu peso é superior à média nacional (14,6%).

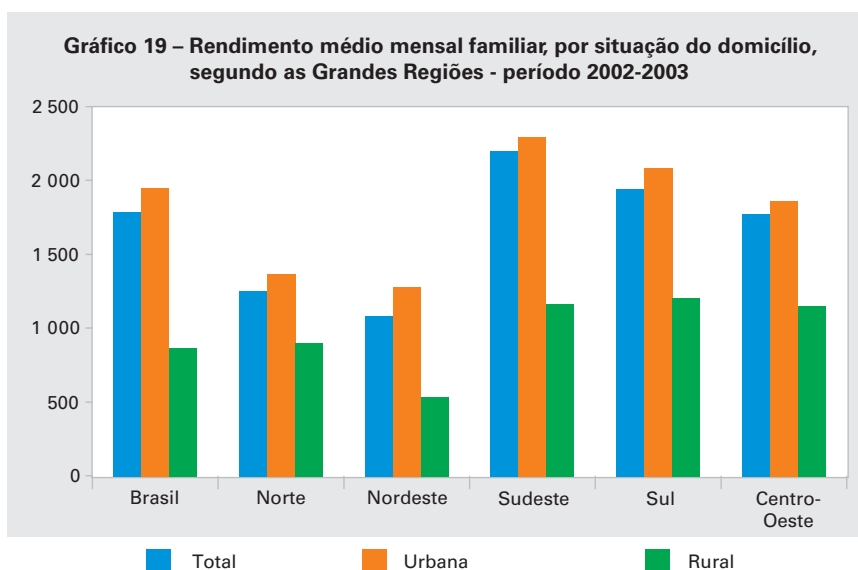
A Tabela 23 apresenta o valor do rendimento médio familiar e sua composição segundo a situação do domicílio, urbano e rural, para Brasil e grandes regiões. Observa-se que a média do rendimento nas áreas rurais é 45% do auferido nas áreas urbanas do País e que, para todas as categorias de rendimento monetário analisadas, os valores obtidos nas áreas urbanas de todas as regiões são superiores àqueles registrados nas áreas rurais.

Tabela 23 - Distribuição do rendimento monetário e não-monetário médio mensal familiar, por origem de recebimento, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2002-2003

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Distribuição do rendimento monetário e não-monetário médio mensal familiar (%)					
	Total	Origem do recebimento				
		Rendimento do trabalho	Transferências	Rendimento de aluguel	Outros rendimentos	Rendimento não-monetário
Brasil						
Urbana						
Absoluto (R\$)	1 954,43	1 225,11	291,59	36,71	129,76	271,25
Relativo (%)		62,70	14,90	1,90	6,60	13,90
Rural						
Absoluto (R\$)	873,94	466,28	142,00	11,04	50,85	203,76
Relativo (%)		53,40	16,20	1,30	5,80	23,30
Norte						
Urbana						
Absoluto (R\$)	1 370,81	916,91	152,50	15,48	80,32	205,62
Relativo (%)		66,90	11,10	1,10	5,90	15,00
Rural						
Absoluto (R\$)	906,21	543,30	82,48	4,77	52,85	222,82
Relativo (%)		60,00	9,10	0,50	5,80	24,60
Nordeste						
Urbana						
Absoluto (R\$)	1 282,13	787,95	219,47	18,87	70,15	185,69
Relativo (%)		61,50	17,10	1,50	5,50	14,50
Rural						
Absoluto (R\$)	536,39	246,42	145,99	3,18	19,93	120,87
Relativo (%)		45,90	27,20	0,60	3,70	22,50
Sudeste						
Urbana						
Absoluto (R\$)	2 294,75	1 434,65	347,82	46,89	155,91	309,49
Relativo (%)		62,50	15,20	2,00	6,80	13,50
Rural						
Absoluto (R\$)	1 172,20	679,47	143,06	18,97	73,58	257,12
Relativo (%)		58,00	12,20	1,60	6,30	21,90
Sul						
Urbana						
Absoluto (R\$)	2 089,69	1 296,86	299,28	41,78	156,35	295,42
Relativo (%)		62,10	14,30	2,00	7,50	14,10
Rural						
Absoluto (R\$)	1 209,16	594,40	184,22	23,12	88,65	318,77
Relativo (%)		49,20	15,20	1,90	7,30	26,40
Centro-Oeste						
Urbana						
Absoluto (R\$)	1 864,51	1 222,39	226,88	28,22	115,48	271,54
Relativo (%)		65,60	12,20	1,50	6,20	14,60
Rural						
Absoluto (R\$)	1 155,33	744,75	84,52	13,05	76,22	236,79
Relativo (%)		64,50	7,30	1,10	6,60	20,50

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

O rendimento médio das áreas urbanas brasileiras é aproximadamente 9% superior ao rendimento médio total. O rendimento médio urbano é maior que as médias regionais na Região Nordeste (18%) e na Região Norte (9%). O maior rendimento médio urbano é o da Região Sudeste, seguida das Regiões Sul e Centro-Oeste. Na comparação regional dos rendimentos rurais, as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm valores superiores à média nacional, como se pode notar no Gráfico 19.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Tanto nas áreas urbanas como nas rurais, é no Nordeste que se verifica o menor rendimento regional. O rendimento das áreas rurais nordestinas é 41% dos rendimentos das áreas urbanas da região. Nas demais regiões, o rendimento das áreas rurais representa mais de 50% do obtido nas áreas urbanas e as menores diferenças ocorrem nas Regiões Norte e Centro-Oeste (inferiores a 40%).

Os rendimentos provenientes do trabalho na estrutura do rendimento médio familiar das áreas urbanas apresentam padrão similar ao observado na análise regional total. Na Região Norte, o rendimento do trabalho apresenta a maior participação no rendimento total (66,9%), enquanto a menor é observada na Região Nordeste (61,5%). Na área rural, a maior participação do rendimento oriundo do trabalho é da Região Centro-Oeste (64,5%), seguida da Região Norte (60%). O peso do rendimento do trabalho no rendimento médio total é menor na Região Nordeste (45,9%) e na Região Sul (49,2%).

Comparando o valor do rendimento do trabalho entre as áreas urbanas e rurais de cada região, observa-se novamente que a maior diferença está localizada na Região Nordeste, onde o rendimento rural representa 31% do rendimento urbano, seguida do Sudeste, com 47% do urbano. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, o rendimento rural é 59% e 61% do rendimento urbano, respectivamente.

As transferências apresentam a menor participação na composição do rendimento médio mensal familiar nas Regiões Norte e Centro-Oeste, independente da situação do domicílio, se urbano ou rural. Entre todas as regiões, é no Nordeste que as transferências têm a maior participação na composição do rendimento familiar, sendo 17,1% nas áreas urbanas e 27,2% nas áreas rurais locais.

Os rendimentos de aluguel e os outros rendimentos figuram com as menores participações no rendimento médio familiar urbano e rural em todas as regiões. Estes rendimentos representam parcelas mais expressivas do rendimento total nas Regiões Sul e Sudeste tanto nas áreas urbanas como nas rurais (cerca de 2% para os rendimentos de aluguel e 7% os outros rendimentos).

O rendimento não-monetário urbano apresenta uma participação bastante similar em todas as regiões, sendo a maior participação a da Região Norte (15%) e a menor a da Região Sudeste (13,5%). O rendimento não-monetário tem maior peso no rendimento das áreas rurais, destacando-se a Região Sul com a maior participação (26,4%), e a Região Centro-Oeste com a menor (20,5%).

A soma das transferências e dos rendimentos não-monetários nas áreas rurais nordestinas equivale a cerca de 50% do rendimento médio mensal familiar. Na Região Sul a participação destes rendimentos também é elevada, cerca de 42%.

Para fins de comparação com a Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996, selecionou-se três regiões metropolitanas para análise da composição do rendimento monetário médio mensal familiar: São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre. O rendimento não-monetário foi excluído desta análise, uma vez que na POF 1995-1996 não foi objeto de investigação.

De acordo com as informações da Tabela 24, na Região Metropolitana de São Paulo, a participação dos rendimentos do trabalho aumentou 2,6 pontos percentuais no período entre POFs. Em Fortaleza, houve uma redução de 2,9 pontos percentuais e em Porto Alegre também houve redução, de 1,8 ponto percentual.

Tabela 24 - Distribuição do rendimento médio mensal familiar, por Regiões Metropolitanas selecionadas - 1995/2003

Origem do rendimento	Distribuição do rendimento médio mensal familiar, por Regiões Metropolitanas selecionadas (%)					
	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre	
	1995-1996	2002-2003	1995-1996	2002-2003	1995-1996	2002-2003
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rendimento do trabalho	74,40	71,50	76,79	79,40	72,06	70,30
Transferências	16,80	20,80	10,40	10,20	16,92	21,70
Rendimento de aluguel	1,10	1,50	3,98	1,80	2,51	2,00
Outros rendimentos	7,80	6,20	8,83	8,60	8,50	6,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996/2002-2003.

É interessante observar o caso das transferências, que nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Porto Alegre aumentaram a sua participação no total do rendimento familiar em 4,0 e 4,8 pontos percentuais, respectivamente. Na Região Metropolitana de São Paulo, praticamente não ocorreram alterações na participação das transferências na composição do rendimento familiar.

No caso do rendimento de aluguel, foi na Região Metropolitana de São Paulo que se verificou a principal variação, com redução de 2,2 pontos percentuais no período observado. Já nas demais regiões, as variações no período foram de 0,5 ponto percentual.

Quanto aos outros rendimentos, foram observadas reduções na sua participação no rendimento em todas as regiões, sendo de 2,5 pontos percentuais na Região Metropolitana de Porto Alegre, seguida pela Região Metropolitana de Fortaleza (1,6 ponto percentual).

Aquisição alimentar domiciliar *per capita*

Os resultados aqui comentados referem-se às estimativas das quantidades de alimentos adquiridos para consumo no domicílio, no ano e per capita, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002-2003.

Durante os 12 meses de realização da pesquisa, em todo território brasileiro, foram investigadas, em cada domicílio em que a entrevista foi realizada, durante sete dias consecutivos, as aquisições de alimentos para consumo no domicílio realizadas por meio de despesas monetárias (quando o pagamento é feito em dinheiro, cheques ou cartões de crédito) e despesas não-monetárias (alimentos adquiridos através de produção própria, retirada do negócio, troca, doação e outros).

Além dos valores de despesas associadas às aquisições, as quantidades adquiridas foram obtidas a partir de informação direta das famílias, requerendo um específico e minucioso trabalho de crítica, validação e imputação dessas quantidades. Foi realizada também a compatibilização da grande variedade de unidades de medidas registradas, com base nos pesos e volumes informados, o que possibilitou expressar todas as quantidades em quilograma.

São objeto dos comentários aqui apresentados os dados de quantidades obtidos da POF 2002-2003 referentes a um conjunto de produtos selecionados, levando-se em conta, principalmente, terem sido adquiridos pela grande maioria das famílias pesquisadas. Posteriormente, os dados da totalidade dos produtos serão objeto de publicação em que será aprofundado o tema alimentação no domicílio.

Os comentários sobre as quantidades adquiridas de alimentos para consumo no domicílio são apresentados segundo o enfoque das diferenças mais relevantes observadas entre o Brasil como um todo, as principais áreas urbanas do País e o Brasil rural. Também são vistos os principais aspectos identificados na comparação entre as Grandes Regiões brasileiras e as Unidades da Federação, e na análise das quantidades adquiridas segundo classes de rendimento. Além disso, foram especialmente organizadas informações de quantidades para possibilitar a comparação dos resultados da POF 2002-2003 com aqueles obtidos no Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF 1974-1975 e nas POFs anteriores.

Uma primeira comparação confronta as quantidades de alimentos para consumo no domicílio obtidas da POF 2002-2003 relativas a três estratos geográficos: Brasil, Brasil rural e estrato urbano correspondente às Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre além de Brasília-DF, que se denomina daqui em diante, para simplificação, estrato urbano.

Os dados apresentados na Tabela 25, e ilustrados no Gráfico 20, revelam para produtos alimentares tradicionalmente presentes no cardápio das famílias brasileiras, diferenças marcantes nas quantidades adquiridas nos três estratos geográficos analisados.

O arroz com feijão, composição tradicional das refeições no País, é adquirido em maior quantidade anual per capita na área rural. A quantidade adquirida de arroz polido na área rural corresponde a quase o dobro da adquirida no estrato urbano, situando-se em torno de 20% a mais que o total observado no Brasil como um todo. A quantidade *per capita* de feijão, adquirida para consumo no domicílio, nas áreas rurais é quase três vezes superior à adquirida no estrato urbano aqui estudado e próxima ao dobro da que se adquire no Brasil.

A Tabela 25 aponta também como destacadamente maiores, no Brasil rural, as quantidades anuais per capita dos seguintes produtos: fubá de milho, com quantidade quase seis vezes maior do que a adquirida no estrato urbano e mais do dobro do que se adquire em todo o Brasil; farinha de trigo, com quantidade cerca de cinco vezes maior do que a adquirida no meio urbano analisado e pouco acima do dobro da que se adquire no Brasil; e farinha de mandioca, com quantidade em torno de sete vezes maior do que a adquirida no estrato urbano e quase o triplo da aquisição anual *per capita* no Brasil para consumo no domicílio.

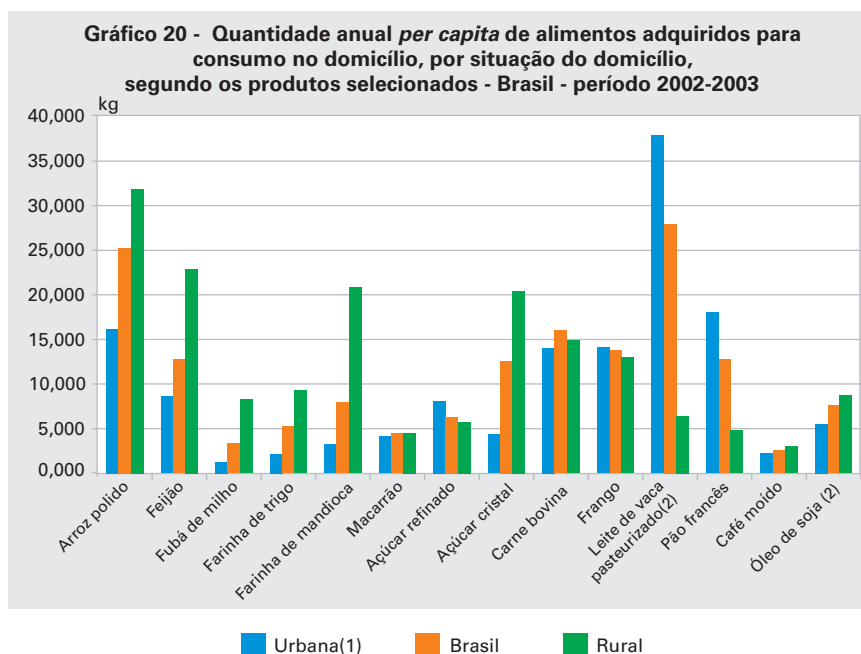
Tabela 25 - Quantidade anual *per capita* de alimentos adquiridos para consumo no domicílio, por situação do domicílio, segundo os produtos selecionados - Brasil - período 2002-2003

Produtos selecionados	Quantidade anual <i>per capita</i> de alimentos adquiridos para consumo no domicílio (kg)		
	Brasil	Situação do domicílio	
		Urbana (1)	Rural
Arroz polido	25,248	16,160	31,852
Feijão	12,769	8,566	22,890
Fubá de milho	3,293	1,230	8,299
Farinha de trigo	5,228	2,159	9,247
Farinha de mandioca	7,935	3,256	20,850
Macarrão	4,423	4,117	4,479
Açúcar refinado	6,268	8,086	5,743
Açúcar cristal	12,561	4,295	20,441
Carne bovina	16,032	14,057	14,905
Frango	13,746	14,107	12,959
Leite de vaca pasteurizado (2)	27,934	37,855	6,379
Pão francês	12,730	17,982	4,786
Café moído	2,542	2,233	2,987
Óleo de soja (2)	7,570	5,510	8,692

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília-DF (2) As quantidades foram transformadas em kg, considerando-se volume igual a peso.

Quanto aos açúcares, é interessante notar os diferentes hábitos entre os estratos urbano e rural. O açúcar cristal é mais adquirido nas áreas rurais, onde a quantidade anual per capita é cerca de cinco vezes maior que a adquirida no estrato urbano e quase o dobro da que se adquire no Brasil. Por outro lado, a quantidade do açúcar refinado adquirida no estrato urbano é mais de 30% superior àquela registrada na área rural, e em torno de 25% superior à quantidade anual *per capita* do Brasil no todo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília-DF (2) As quantidades foram transformadas em kg, considerando-se volume igual a peso.

Como pode ser observado no Gráfico 21, destaca-se com maior aquisição no estrato urbano aqui analisado, o leite de vaca pasteurizado, com quantidade quase seis vezes maior que a adquirida na área rural, e cerca de 50% superior àquela adquirida no Brasil como um todo⁵.

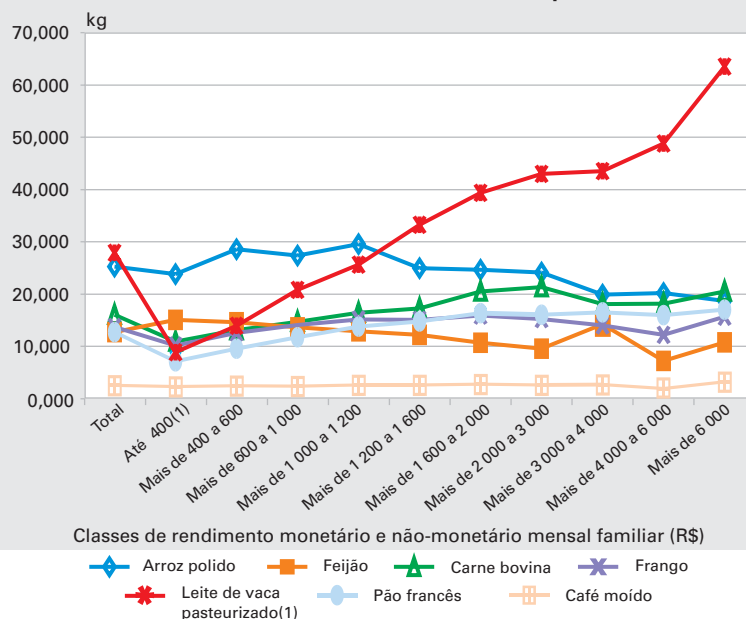
O pão francês é outro destaque no estrato urbano, onde a quantidade anual *per capita* adquirida para consumo no domicílio é quase quatro vezes maior que a adquirida na área rural e quase 50% acima da que se adquire na totalidade do Brasil.

Os demais produtos selecionados não apresentam diferenças significativas de quantidades adquiridas nos três estratos geográficos definidos para essa comparação.

Na observação do Gráfico 21, em que são apresentadas as quantidades anuais *per capita* adquiridas de alimentos no Brasil, segundo classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar, é imediato o destaque para o resultado do leite de vaca pasteurizado, sendo contínuo e intenso o aumento das quantidades adquiridas do produto de acordo com o rendimento das famílias. Existe, portanto, uma grande disparidade nas quantidades adquiridas anuais e *per capita* para consumo no domicílio entre as famílias com os rendimentos mais altos e aquelas com rendimentos mais baixos: as primeiras adquirem 60 kg do leite de vaca pasteurizado, correspondendo a quantidade anual *per capita* quase sete vezes superior à adquirida (cerca de 9 kg) pelas famílias com menores rendimentos.

⁵ Cabe salientar que os demais tipos de leite, os não-pasteurizados (in natura, em pó, etc.) não estão contemplados nos resultados, impedindo, portanto, conclusões relativas à totalidade de leite adquirido.

Gráfico 21 - Quantidade anual *per capita* de alimentos adquiridos para consumo no domicílio, por produtos selecionados, segundo as classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar - Brasil - período 2002-2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) As quantidades foram transformadas em kg, considerando-se o volume igual ao peso.

É observado um suave declínio das quantidades adquiridas de arroz polido à medida que os rendimentos aumentam. Nas classes de rendimento mais baixo as quantidades estão bem próximas da média (em torno de 25 kg), enquanto nas classes de rendimento mais alto as quantidades adquiridas são um pouco menores (perto de 19 kg).

As quantidades adquiridas de feijão variam inversamente em relação aos rendimentos. Em relação à média (pouco acima de 12 kg), as famílias com rendimentos mais baixos adquirem quantidades maiores (cerca de 15 kg), diferentemente das que possuem rendimentos mais elevados, que adquirem quantidade 30% menor.

Quando se compara a aquisição anual per capita da carne bovina, de uma forma genérica – sem distinção de cortes – os resultados não mostram diferenças acentuadas entre classes de rendimento em relação à média nacional (perto de 16 kg). No entanto, para a carne de primeira, é acentuada a distinção: as famílias com rendimentos mais altos (acima de 13 kg) adquirem cerca de seis vezes mais que as famílias com rendimentos mais baixos (pouco mais que 2 kg).

O pão francês é um alimento habitualmente presente nas mesas brasileiras, porém, com diferentes intensidades. Nas famílias com rendimentos mais baixos, a quantidade adquirida do produto é quase a metade da média adquirida no Brasil (12 kg), enquanto que as famílias com rendimentos mais elevados adquirem quantidade 50% superior à média.

Cabe ressaltar que os resultados bem próximos da média nacional obtidos para o café moído, em todas as classes de rendimento, comprovam a tradição do seu consumo nos lares brasileiros, apesar do gasto com sua

aquisição ter peso relativo expressivo no orçamento das famílias que auferem menores rendimentos.

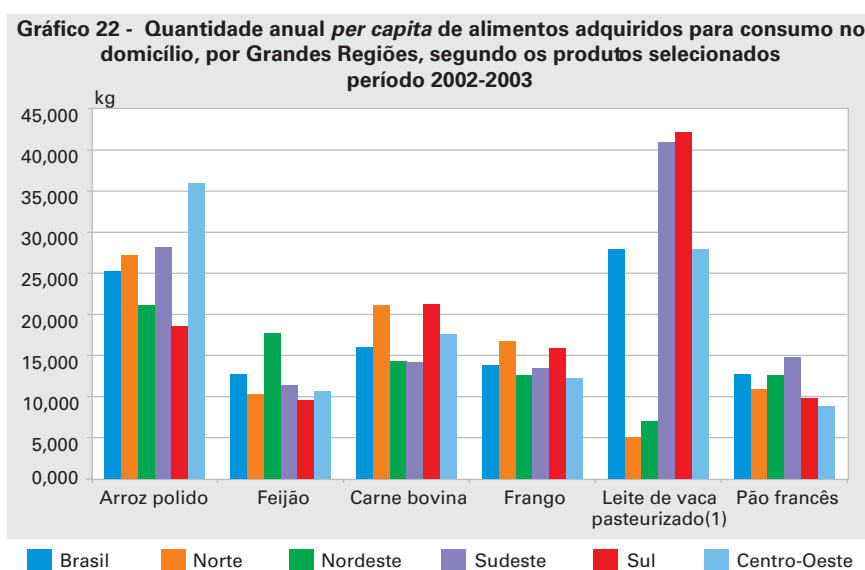
A carne de frango para consumo no domicílio também apresenta quantidades adquiridas invariantes com os rendimentos.

Adicionalmente, em relação aos açúcares, os resultados da POF 2002-2003 mostram que a quantidade adquirida desses produtos é praticamente constante para todas as classes de rendimento, ficando entre 15 kg e 18 kg per capita no ano. No entanto, entre as famílias com os rendimentos mais baixos a quantidade anual adquirida per capita de açúcar cristal (acima de 13 kg) corresponde a mais que o dobro da quantidade adquirida (cerca de 6kg) pelas famílias com rendimentos mais altos. A situação se inverte no açúcar refinado: as famílias com rendimentos mais baixos adquirem em torno de 5 kg no ano, enquanto que as famílias com rendimentos mais elevados cerca de 9 kg no ano.

Os resultados também apontam que a batata-inglesa, o tomate e a cebola são adquiridos em quantidades crescentes na medida em que aumentam os rendimentos das famílias. Já as quantidades adquiridas de fubá de milho variam no sentido inverso dos rendimentos. A quantidade anual adquirida pelas famílias com rendimentos menores situa-se pouco acima da média, perto de 3 kg, e a aquisição de fubá de milho pelas famílias que possuem os maiores rendimentos é próxima de 1 kg.

As quantidades adquiridas dos demais produtos selecionados situam-se num patamar próximo à média, sendo praticamente invariantes segundo as classes de rendimento.

Os principais aspectos identificados na comparação entre as Grandes Regiões brasileiras são inicialmente comentados a partir dos resultados apresentados no Gráfico 22 e, sempre que pertinente, são destacados resultados referentes às Unidades da Federação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) As quantidades foram transformadas em kg, considerando-se o volume igual ao peso.

A média nacional das quantidades adquiridas de arroz polido (cerca de 25 kg) provém de práticas de aquisição do produto para consumo no domicílio muito diferenciadas em cada Grande Região, correspondendo, portanto, a resultados regionais com alto grau de dispersão. Assim, na Região Centro-Oeste, onde se observa a maior aquisição (acima de 35 kg), a quantidade é praticamente o dobro da verificada na Região Sul (em torno de 18 kg) que, por sua vez, apresenta a menor quantidade do produto dentre as Grandes Regiões.

O comportamento de alta dispersão das quantidades observadas na aquisição do arroz polido é repetido dentro de cada uma das cinco Grandes Regiões brasileiras. Em Goiás, na Região Centro-Oeste, foi verificada a maior quantidade adquirida (cerca de 42 kg), equivalente a quase duas vezes mais que no Distrito Federal (pouco acima de 19 kg), a menor aquisição na região. Nos estados da Região Norte, os extremos de quantidades adquiridas de arroz polido situam-se muito afastados da média regional. Enquanto no Amapá e Amazonas são adquiridas as menores quantidades (cerca de 8 kg e 13 kg, respectivamente), no Tocantins (acima de 49 kg), a aquisição supera expressivamente as quantidades dos dois estados. Na Região Nordeste, nos estados situados mais ao norte, como Maranhão, Ceará e Piauí, as quantidades anuais *per capita* adquiridas (entre 32 kg e 36 kg) são bem maiores que nos demais, que apresentam aquisições variando entre 10 kg (Sergipe) e 18 kg (Paraíba). O destaque na Região Sudeste é para Minas Gerais, onde é adquirida a maior quantidade (perto de 39 kg), bem acima da média regional. No Rio de Janeiro, que apresenta a menor quantidade do Sudeste, a aquisição do arroz polido para consumo no domicílio fica em torno de 17 kg *per capita* no ano. O Paraná destaca-se na Região Sul com a maior aquisição (acima de 23 kg), sendo que nos demais estados as quantidades, praticamente, são as mesmas (em torno de 15 kg).

A quantidade adquirida de feijão é destaque na Região Nordeste (próxima a 18 kg). Essa região apresenta a maior quantidade adquirida, cerca de 50% acima da média nacional. Nas demais regiões, as quantidades ficam mais próximas à média do Brasil (em torno de 12 kg). No caso dos feijões, os regionalismos são evidenciados nos tipos consumidos. Em três Grandes Regiões (Sudeste Centro-Oeste e Norte) prevalece a aquisição do feijão-rajado (entre 5 kg e 6 kg). Na Região Sul, e nos correspondentes estados, a maior aquisição é do feijão preto (quase 6 kg). Dentre as que consomem mais feijão-rajado está a Região Sudeste, ocorrendo predominantemente em Minas Gerais a aquisição deste tipo de feijão (em torno de 13 kg), sendo que no Rio de Janeiro, por exemplo, prevalece o feijão preto (quase 8 kg). No Nordeste, as maiores quantidades correspondem a outros tipos de feijões.

Na aquisição de carne bovina, cabe destacar as Regiões Sul e Norte, que apresentam resultados quase idênticos (perto de 21kg). As menores aquisições, também coincidentemente quase idênticas, ocorrem nas Regiões Nordeste e Sudeste (cerca de 14 kg). Na Região Norte, com exceção do Estado do Amazonas, com quase 14 kg, e Rondônia, onde a quantidade adquirida supera 27 kg, os demais estados apresentam quantidades próximas da média regional. Na Região Sul, é no Rio Grande do Sul onde é adquirida a maior quantidade de carne bovina (perto de 26 kg), sendo que no Paraná e em Santa Catarina

as quantidades praticamente se equivalem (em torno de 18 kg). No Estado de Sergipe, na Região Nordeste, verifica-se a maior aquisição de carne bovina (acima de 22 kg), enquanto a Paraíba apresenta a menor aquisição (em torno de 10 kg), sendo a média regional em torno de 14 kg. Destaque na Região Centro-Oeste para os Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (cerca de 20 kg), que apresentam as maiores quantidades adquiridas. O Distrito Federal apresenta a menor aquisição anual per capita de carne (quase 13 kg).

Na comparação entre Grandes Regiões, as variações das quantidades adquiridas da carne de frango não é relevante, conforme mostra o Gráfico 22. Em nível estadual, merecem citação os contrastes de resultados observados com relação à aquisição de carne de frango para consumo no domicílio no Amapá (pouco acima de 30 kg) e Acre (perto de 10 kg), respectivamente, a maior e a menor quantidade entre as observadas em todos os estados brasileiros.

Na aquisição de pão francês, é nos resultados dos estados que as diferenças de hábito são reveladas com maior nitidez. Na Região Norte, a menor quantidade adquirida é no Tocantins (em torno de 3,5 kg), enquanto no Amazonas adquire-se quase cinco vezes mais. Também com relação ao pão francês, na Região Nordeste, adquire-se a maior quantidade em Pernambuco (acima de 18 kg), enquanto no Piauí e no Maranhão ocorrem as menores aquisições (perto de 4 kg e 5 kg, respectivamente). Já na Região Centro-Oeste, a quantidade de pão francês adquirida para consumo no domicílio no Distrito Federal (acima de 12 kg) é quase 50% acima da média regional. A menor quantidade ocorre no Mato Grosso, próxima da metade daquela verificada no Distrito Federal.

Com relação ao leite de vaca pasteurizado, é evidenciado no Gráfico 22 que as quantidades adquiridas do produto nas Regiões Sul e Sudeste (ambas acima de 40 kg) são em torno de sete vezes superiores àquelas observadas nas Regiões Norte e Nordeste (perto de 5kg e 7 kg, respectivamente), cujas quantidades distanciam-se substancialmente da média nacional (quase 28 kg). Na Região Norte, apesar da média regional ser baixa em relação à média do Brasil, destaca-se o grande contraste entre seus estados: enquanto em Rondônia a aquisição fica em torno de 15 kg, a quantidade adquirida nos demais estados é baixa, com ênfase para o Amapá, com cerca de 1 kg no ano. Na Região Nordeste, o contraste de resultados também é grande. São claramente identificados três patamares: os estados que apresentam as menores quantidades adquiridas são Maranhão e Alagoas (em torno de 2,5 kg e 3 kg); as maiores quantidades adquiridas ocorrem na Bahia, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte (entre 9 kg e 12 kg); e, nos demais estados, a aquisição do leite de vaca pasteurizado para consumo no domicílio anual e per capita é em torno de 4 kg. Na comparação entre os estados da Região Sudeste, o destaque é para São Paulo (quase 48 kg), estado brasileiro onde é maior a quantidade anual per capita adquirida do produto. As quantidades nos demais estados do Sudeste ficam entre 31 kg e 33 kg. O Rio Grande do Sul é o estado da Região Sul que apresenta a maior quantidade adquirida (quase 47 kg), superando a média regional em cerca de 10%. Na Região Centro-Oeste, a maior quantidade é adquirida no Distrito Federal (perto de 45 kg), enquanto nos demais estados os resultados ficam entre 20 kg e 25 kg.

Os resultados da POF 2002-2003 indicam também, com relação à farinha de trigo, que a Região Sul – dado o típico hábito alimentar de sua população – apresenta uma quantidade (acima de 18 kg) que contrasta muito com os resultados obtidos nas demais regiões. Esse valor é mais de três vezes a média nacional, sendo que os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam as maiores quantidades adquiridas (em torno de 22 kg).

Para a farinha de mandioca, como era de se esperar e também tendo em vista hábitos alimentares tipicamente localizados, verifica-se outro grande contraste entre os resultados obtidos: nas Regiões Norte, principalmente, e Nordeste são adquiridas quantidades muito maiores que nas demais (acima de 34 kg e de 15 kg, respectivamente). Na Região Norte, por exemplo, adquire-se mais de quatro vezes a média nacional.

Analisando-se os resultados dos açúcares dos tipos refinado e cristal, vale destacar que, além de apresentar a maior aquisição de açúcar cristal (quase 18 kg), na Região Centro-Oeste, em contrapartida, adquire-se a menor quantidade de açúcar refinado (menos de 1 kg), característica marcante regional. Somando-se as quantidades dos dois tipos, constata-se que no Distrito Federal essa aquisição se situa em torno de 25% abaixo da média do Centro-Oeste. Nas Regiões Norte e Sudeste prevalece a aquisição de açúcar cristal, com diferenças menores em relação ao tipo refinado. No Sudeste, totalizando-se os dois tipos de açúcares, as quantidades adquiridas em Minas Gerais e no Espírito Santo representam perto do dobro das quantidades adquiridas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Na Região Sul, diferentemente dos demais estados, Santa Catarina apresenta quantidade adquirida do tipo refinado (perto de 14 kg) que supera o tipo cristal (acima de 3 kg). Totalizando os dois tipos, no Rio Grande do Sul, adquire-se a menor quantidade (13 kg).

Os produtos tais como macarrão e café moído não apresentam diferenças significativas no comparativo regional das quantidades adquiridas.

Para viabilizar a comparação dos resultados da POF 2002-2003 com as quantidades obtidas a partir do Estudo Nacional da Despesa Familiar- ENDEF 1974-1975 e das POFs anteriores, foram trabalhadas as informações das Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasília-DF, e foram consideradas as quantidades adquiridas de produtos alimentares por meio apenas de despesas monetárias, tendo em vista que nas outras POFs não foram investigadas as aquisições não- monetárias. A Tabela 26 e o Gráfico 23 sintetizam estas informações.

Entre os produtos selecionados, nessa análise destacam-se os que, ao longo do tempo, apresentaram comportamento de variações significativas das quantidades adquiridas. Especialmente, como a observação refere-se a quatro momentos, serão identificados os produtos cuja queda ou aumento nas quantidades adquiridas foram recorrentes no período observado.

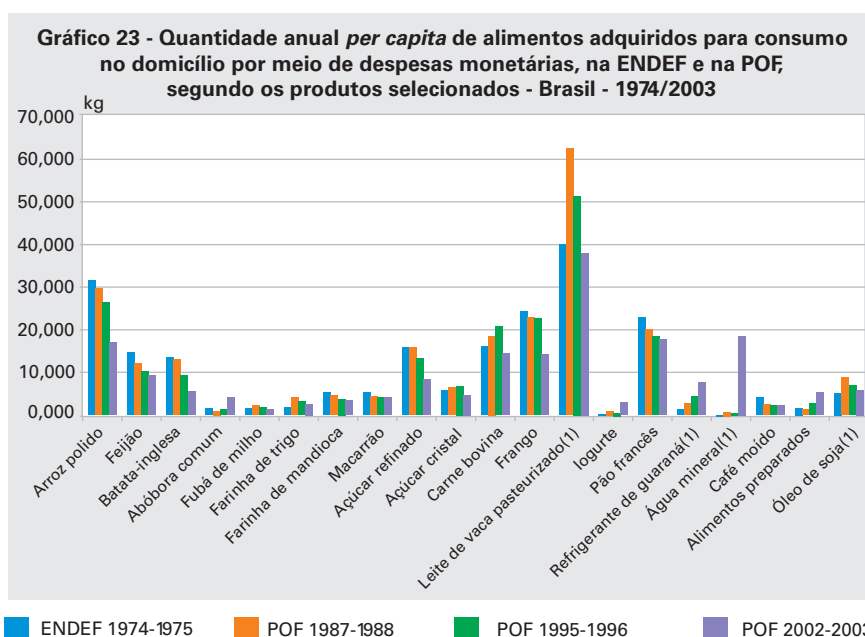
Alguns dos produtos componentes do cardápio das famílias, nas regiões urbanas analisadas nesta comparação temporal, que abrange o período de 1974 a 2003, apresentam redução expressiva.

Tabela 26 - Quantidade anual *per capita* de alimentos adquiridos para consumo no domicílio por meio de despesas monetárias, na ENDEF e na POF, segundo os produtos selecionados - Brasil - 1974/2003

Produtos selecionados	Quantidade anual <i>per capita</i> de alimentos adquiridos para consumo no domicílio (kg) (1)			
	ENDEF 1974-1975	POF 1987-1988	POF 1995-1996	POF 2002-2003
Arroz polido	31,571	29,725	26,483	17,110
Feijão	14,698	12,134	10,189	9,220
Batata-inglesa	13,415	13,114	9,218	5,468
Abóbora comum	1,626	1,184	1,205	4,173
Fubá de milho	1,554	2,146	1,740	1,339
Farinha de trigo	1,833	4,085	3,102	2,625
Farinha de mandioca	5,207	4,679	3,765	3,313
Macarrão	5,205	4,274	4,084	4,251
Açúcar refinado	15,790	15,912	13,204	8,269
Açúcar cristal	5,641	6,525	6,865	4,701
Carne bovina	16,161	18,509	20,800	14,574
Frango	24,249	22,837	22,679	14,190
Leite de vaca pasteurizado (2)	40,015	62,435	51,360	38,035
logurte	0,363	1,140	0,732	2,910
Pão francês	22,952	20,163	18,399	17,816
Refrigerante de guaraná (2)	1,297	2,674	4,280	7,656
Água mineral (2)	0,320	0,959	0,596	18,541
Café moído	4,152	2,559	2,330	2,266
Alimentos preparados	1,706	1,376	2,718	5,398
Óleo de soja (2)	5,187	8,762	6,940	5,854

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília-DF (2) As quantidades foram transformadas em kg, considerando-se volume igual a peso.



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) As quantidades foram transformadas em kg, considerando-se o volume igual ao peso.

O arroz polido apresentou uma redução de 46% na quantidade anual *per capita* adquirida para consumo no domicílio, desde 1974 até 2003, sendo mais intensa entre 1996 e 2003 (35%).

O feijão também teve sua aquisição, nessas áreas urbanas, reduzida em 37%, sendo que, de 1996 a 2003, o ritmo da queda foi mais suave (10%).

A batata-inglesa, até 1987, praticamente, não apresentou variação de quantidade em relação a 1974, porém, desde 1987 a 2003 a quantidade adquirida reduziu seu patamar em 59%, passando de cerca de 13 kg para valor em torno de 5 kg.

O açúcar refinado apresentou quantidades similares, em torno de 15 kg, em 1974 e 1987, com pequena queda em 1996 (quantidade anual *per capita* um pouco acima de 13 kg). De 1996 a 2003, a queda foi acentuada (37%), com a quantidade, em 2003, ficando próxima a 8 kg *per capita*. É interessante observar, por outro lado, que o açúcar cristal mostra variações de quantidade muito pequenas nos quatro momentos, com valores que oscilam em torno de 5 kg e 6 kg.

O pão francês é o último produto a ser destacado no que se refere às reduções de quantidades no período. A diminuição total foi de 22%, com ritmo praticamente constante ao longo do tempo.

Entre os produtos que apresentaram aumento contínuo e expressivo de quantidade, de 1974 a 2003, destaca-se a água mineral, evidenciando relevante mudança de hábito no consumo deste produto no domicílio. As quantidades aumentaram 5 694% (de 1974 a 2003), sendo mais expressivo o aumento observado de 1996 a 2003 (3 011%).

O aumento da quantidade para consumo no domicílio de alimentos preparados é outro indicativo de mudança de hábitos, principalmente considerando que estes dados estão contextualizados nas principais áreas urbanas do País. O aumento contabilizado de 1974 a 2003 é de 216%, tendo sido de 99% entre a POF 1995-1996 e a POF 2002-2003.

Outros destaques em termos de aumento de consumo no domicílio são: o guaraná (refrigerante), com 490% de crescimento da quantidade adquirida; a abóbora comum, aumentando 157%; e o iogurte, com aumento de 702%, cabendo ressaltar o aumento expressivo no período de 1966 a 2003 (298%).

Avaliação subjetiva das condições de vida

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 investigou, pela primeira vez, em um questionário específico, a percepção da população quanto a alguns aspectos referentes à qualidade de vida no que diz respeito às condições de moradia, facilidade para chegar ao final do mês com os rendimentos familiares e a avaliação do tipo e suficiência do alimento consumido.

Este questionário foi aplicado ao longo dos 12 meses de realização da POF, no último dia de entrevista em cada domicílio. Portanto, são respostas obtidas após o preenchimento dos demais formulários que investigavam os

dados objetivos sobre a moradia, as pessoas e o orçamento doméstico. As avaliações de cada informante sobre suas condições de vida são referentes à data de aplicação do questionário.

Foi selecionado, para esta primeira fase da divulgação da POF 2002-2003, um conjunto de informações correspondentes a alguns dos quesitos investigados. É importante salientar que os resultados aqui apresentados são avaliações subjetivas, expressando opiniões individuais de um entrevistado indicado pelas famílias como o respondente mais apropriado.

Assim, as informações aqui comentadas consistem em percepções e é possível uma mesma situação de condições de vida ter sido considerada extremamente favorável a uma determinada pessoa ou grupo familiar, em contraponto a outros, com diferentes anseios, aspirações ou cultura, que poderiam ter tido julgamento desfavorável. Por isso, se requer cuidado especial para vinculá-las a outras análises socioeconômicas em que se contextualizam as famílias entrevistadas pela POF.

As observações acima se fazem extremamente relevantes na identificação do potencial de utilização das informações subjetivas. A motivação para investigá-las é ampliar as abordagens dos estudos sobre as condições de vida. Esses dados complementam as análises de informações estatísticas objetivas que, tradicionalmente, têm revelado um quadro da qualidade de vida da população brasileira.

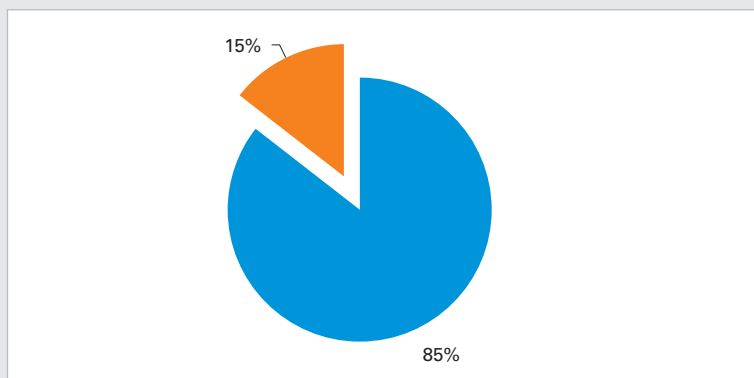
Esta análise e apresentação de resultados da avaliação subjetiva das famílias será aprofundada nas próximas etapas de divulgação de resultados da POF, a partir da publicação das demais características investigadas sob o enfoque subjetivo e da construção de indicadores que permitirão a análise integrada de diversas informações da pesquisa, tais como características observadas dos domicílios, famílias, pessoas e aquelas relacionadas com despesas e rendimentos.

Avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento

Considerando-se que a família constitui-se de uma unidade de produção de bem estar de seus componentes, o conjunto de rendimentos de seus membros é um sensível indicador de suas condições socioeconômicas e a avaliação da suficiência de renda pode ser entendida como medida também bastante sensível de percepção de suas condições de vida. Neste sentido, a POF perguntou se o rendimento total da família durante um mês era suficiente para as despesas daquele mês. As possibilidades de respostas foram apresentadas num gradiente de seis opções, onde as três primeiras referem-se a insuficiência da renda, ou seja, aos graus de dificuldade para se chegar ao final do mês com o rendimento total mensal familiar (muita dificuldade, dificuldade e alguma dificuldade) e as três seguintes, à suficiência da renda, ou seja, aos graus de facilidade para se chegar ao final do mês com o rendimento total mensal familiar (alguma facilidade, facilidade e muita facilidade).

Chama atenção que cerca de 85% das famílias brasileiras referiram algum grau de dificuldade para chegar ao final do mês com o rendimento familiar e somente 15% fizeram menção a alguma das opções de resposta referentes a facilidades. Os dados revelam ainda que este quadro não se diferencia muito ao se tomar as situações urbanas ou rurais, o que pode ser visto nos Gráficos 24 e 25. Nas áreas rurais do País, 89% das famílias mencionaram dificuldades com 33,2 % afirmando muita dificuldade. No Brasil Urbano, cerca de 84% das famílias declararam dificuldades sendo que 26,1% declararam muita dificuldade, 23,4% dificuldade e mais de um terço das famílias alguma dificuldade.

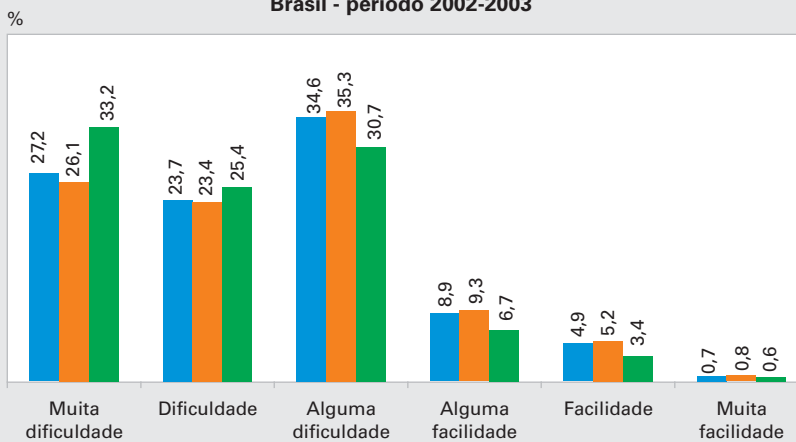
Gráfico 24 - Distribuição das famílias, por referência aos graus de dificuldades, para chegar ao fim do mês com o rendimento total mensal familiar Brasil - período 2002-2003



■ Dificuldade ■ Facilidade

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Gráfico 25 - Distribuição das famílias, por grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento total familiar, segundo a situação do domicílio Brasil - período 2002-2003



■ Brasil ■ Urbana ■ Rural

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Ao considerarmos os resultados tomando-se as percepções nos diferentes grupos de rendimentos⁵, fica bastante clara a grande desigualdade entre as classes mais pobres e mais ricas da população no que diz respeito às dificuldades com o orçamento familiar. Nas famílias com até R\$ 400,00 de rendimento mensal, 51,5% referiram muita dificuldade, enquanto no extremo oposto, dentre as famílias com mais de R\$ 6 000,00 de rendimento total mensal familiar, somente 7% fizeram referência à muita dificuldade. Dentre aquelas famílias com rendimentos a partir de R\$ 3 000,00 mensais é que aparecem proporções mais expressivas de famílias com avaliações de algum grau de facilidade, declarando alguma facilidade (entre 17 e 23%, em cada classe de renda a partir de R\$ 3000,00), facilidade (entre 10% e 18%) e muita facilidade (cerca de 1% a 4%) para chegarem ao final do mês. Essas referências às facilidades nas classes mais altas de renda não se distanciam muito do esperado. No entanto, chama a atenção o fato que as proporções de famílias (sempre acima de 35%) que referenciaram alguma dificuldade sejam superiores, em quase todos os estratos de rendimentos (baixos e altos) às demais possibilidades de respostas. Sendo, principalmente, bem maiores do que os percentuais de referência à efetiva facilidade (facilidade, muita facilidade). Responderam facilidade e muita facilidade, na classe dos rendimentos mais altos, em torno de 20% e, naquelas com rendimentos até R\$ 3 000,00 os percentuais foram sempre inferiores a 10%.

Avaliação da quantidade de alimentos consumidos

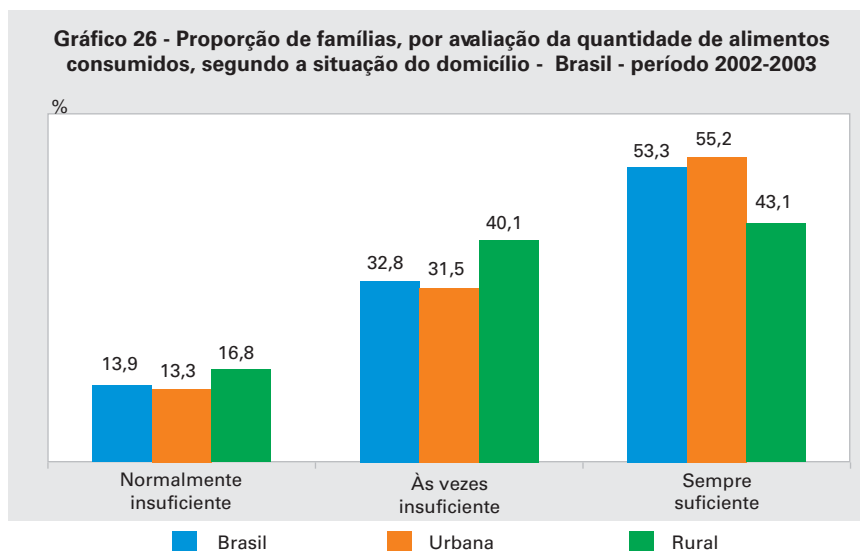
Uma outra indagação feita pela POF 2002-2003 referiu-se à quantidade de alimentos consumidos pela família. Diagnosticar e compreender as condições de vida contemporânea no Brasil tem sido objeto de vários estudos e pesquisas. Estudiosos da área social trabalham com indicadores que medem a qualidade de vida e dirigem suas análises para diferentes aspectos numa proposta de pôr em discussão limites e critérios possíveis para a medição da pobreza e qualidade de vida da população brasileira. Neste contexto, estas informações constituem-se de um indicativo importante para essa compreensão na medida em que apresentam um conjunto de avaliações das famílias, refletindo percepções e sentimentos de suficiência de quantidades da alimentação familiar, e permitindo complementar outras avaliações técnicas e científicas que estudam mais profundamente a dieta, padrões nutricionais ou outros enfoques.

As quantidades de alimentos foram avaliadas segundo três possibilidades de respostas: normalmente insuficiente, às vezes insuficiente e sempre suficiente. E é interessante observar que os resultados para o conjunto do País revelam que pouco mais da metade das famílias investigadas avaliaram suficiência de quantidade de alimentos. Por outro lado, 47% das famílias destacaram que a quantidade de alimento consumido era habitualmente ou eventualmente insuficiente (responderam normalmente ou às vezes insuficiente).

⁵ As classes de rendimentos para fins de apresentação e análise dos resultados sobre condições de vida subjetivas foram definidas segundo o rendimento monetário e não-monetário mensal familiar.

A investigação revela ainda importantes diferenças entre as áreas urbanas e rurais do País.

Nas áreas rurais, 56,9% das famílias referiram algum grau de insuficiência (normalmente ou às vezes insuficiente) da quantidade de alimentos consumidos; nas urbanas este percentual se aproxima de 44%. Estes resultados estão apresentados no Gráfico 26.

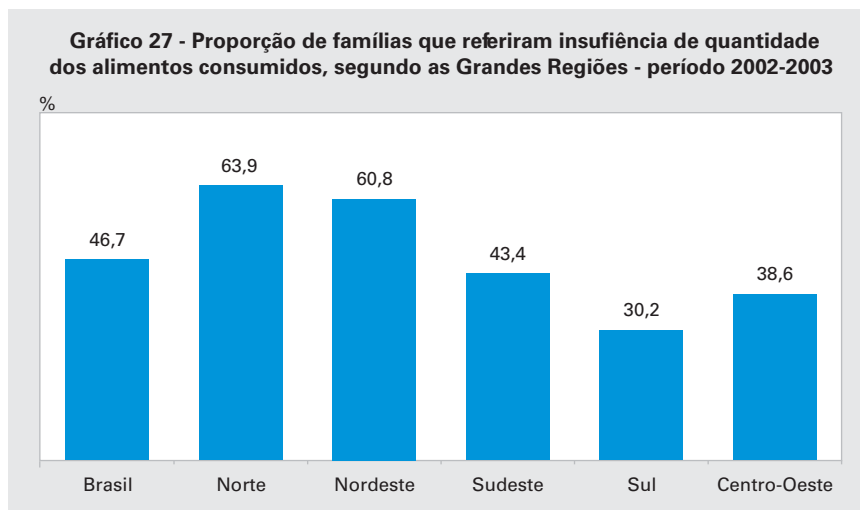


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Quanto às regiões, a observação do Gráfico 27 evidencia que as desigualdades nas avaliações são marcantes, expressando o já tradicional traço de desigualdade entre condições de vida do Norte e Nordeste, em contraponto com o Sul e Sudeste. No Norte e Nordeste do País, acima de 60% das famílias referiram insuficiência habitual ou eventual na quantidade de alimentos consumidos, enquanto no Sudeste a proporção das famílias que apontaram algum grau de quantidade insuficiente foi pouco acima de 43%. No Sul, este percentual se aproximou de 30% e no Centro Oeste de 39%. Nos sete estados da Região Norte, mais da metade das famílias fizeram referência a pouca quantidade de alimentos consumidos, os menores percentuais foram apontados no Amapá e Rondônia, perto de 53%, e destaca-se o Pará onde esta proporção é de quase 70%. Nos estados do Nordeste os níveis de insatisfação com a quantidade de alimentos consumidos pelas famílias são muito altos, destacando-se Alagoas e Rio Grande do Norte, em que cerca de 70% das famílias consideraram o consumo alimentar como normalmente ou às vezes insuficiente.

Dentre os estados brasileiros que referiram expressiva satisfação na quantidade de alimentos consumidos, destacam-se os estados sulistas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em que as proporções de satisfações foram 75,5% e 70,7% respectivamente. No Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul apresentou pouco acima de 68% das famílias satisfeitas com a quantidade do consumo de alimentos. No Sudeste, os maiores percentuais de suficiência plena de quantidades foram apontados em São Paulo e no Espírito Santo (ambos muito próximos de 60%). No conjunto das 27 Unidades da Federação,

identifica-se que no Norte e Nordeste, os maiores indicativos de satisfação (Rondônia e Piauí - abaixo de 46%) ficaram muito abaixo daqueles observados na quase totalidade dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste (entre 56% e 75,5%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

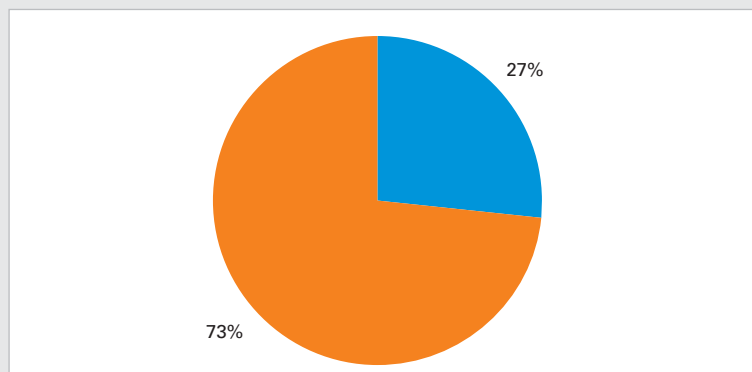
Tomando-se os níveis de rendimento familiar como variável de controle nas avaliações subjetivas, observa-se que, dentre as famílias onde a avaliação da quantidade de comida consumida apresentava algum grau de insuficiência, 20,3% tinham até R\$ 600,00 de rendimento mensal familiar; 14,5% viviam em famílias com rendimento de R\$ 600,00 a R\$ 1200,00; cerca de 10% contavam com rendimentos de R\$ 1 200,00 a R\$ 3 000,00 e 2,4% com rendimentos mensais acima de R\$ 3 000,00. Entre as alternativas de resposta (normalmente e às vezes insuficiente) que compõem essa indicação de insuficiência de quantidades, os maiores percentuais, em todas as classes de rendimentos, são sempre da categoria às vezes insuficiente .

Avaliação do tipo de alimento consumido e motivo para não consumir o tipo de alimento que queria

A POF também investigou qual a opinião das famílias quanto ao tipo de alimento consumido. Para o total do Brasil, 56,1% das famílias afirmaram que os alimentos consumidos nem sempre eram do tipo preferido. Somando-se a esta proporção as famílias que declararam raramente consumir alimentos preferidos, têm-se que, no Brasil, perto de 73% das famílias declararam algum grau de insatisfação com o tipo de alimento que consome (Gráfico 28).

Considerando-se esta avaliação para as áreas urbanas e rurais, observa-se que percentual muito elevado de respostas, nas diferentes áreas, se concentrou nas situações em que os alimentos consumidos, nem sempre ou raramente, foram do tipo preferido. Destaca-se a declaração de 84% das famílias do Brasil Rural, em que o tipo de alimentação nem sempre ou raramente era o preferido (Gráfico 29). Vale citar que tanto na área urbana quanto na rural, a resposta nem sempre preferido foi a mais freqüente (acima de 55%).

Gráfico 28 - Distribuição das famílias, por referência ao nível de satisfação com o tipo de alimento consumido - Brasil - período 2002-2003

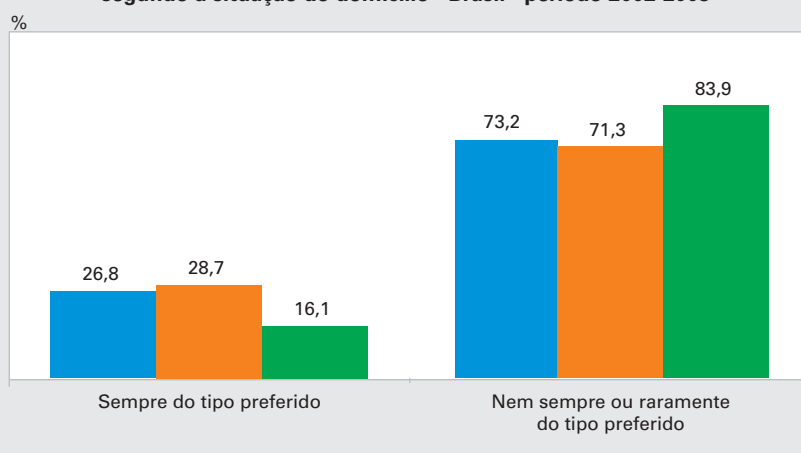


■ Sempre do tipo preferido

■ Nem sempre ou raramente do tipo preferido

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Gráfico 29 - Distribuição das famílias, por avaliação do tipo de alimento consumido, segundo a situação do domicílio - Brasil - período 2002-2003



■ Brasil

■ Urbana

■ Rural

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Nas cinco Grandes Regiões brasileiras os dados revelam que a proporção de famílias que declararam sempre consumir alimentos do tipo preferido é bastante inferior àquelas que o fazem eventualmente ou raramente. Percebe-se, no entanto, ligeiras diferenças entre Norte (19,4%) e Nordeste (18,7%), em contraponto ao Sul (33,7%) e Sudeste (29,7%). No Centro-Oeste, este percentual foi 27,6 %, muito próximo da média nacional (26,7%). Dentre os estados brasileiros, vale destacar Maranhão e Tocantins, com menos de 15% das famílias afirmando sempre consumir alimentos do tipo preferido, que representam os menores percentuais de satisfação plena com o tipo de alimentos, sendo que o maior percentual foi apontado em Santa Catarina (quase 38%).

Tomando-se a distribuição das famílias que declararam que nem sempre ou raramente consomem alimentos do tipo que preferem em relação

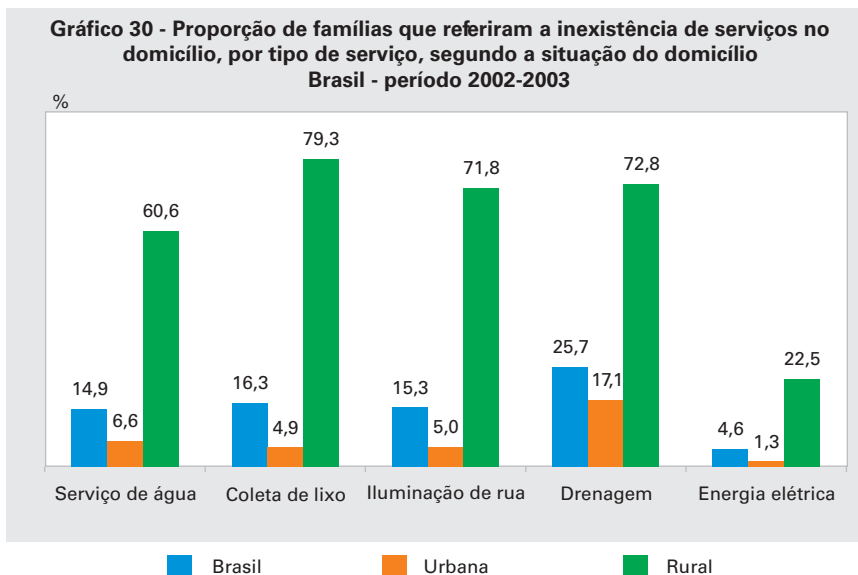
aos motivos, observa-se que a razão principal alegada, em todo o País, foi a insuficiência de rendimento, com 93% das famílias alegando este motivo. Também nos diferentes recortes geográficos do País, a insuficiência de renda foi a principal alegação das famílias para não consumirem alimentos de acordo com suas preferências. Um outro motivo, listado pela pesquisa, procurou medir se a disponibilidade de alimentos no mercado poderia funcionar como um limitador de consumo de produtos desejados. No entanto, neste item, somente em alguns estados da Região Norte, como o Acre, Roraima e Amapá, foram registrados percentuais mais significativos de famílias com esta alegação (todos abaixo de 10% das famílias).

Avaliação das condições de moradia

Uma das questões sensíveis para avaliação das condições de vida de uma população refere-se às suas condições de moradia. Neste sentido a POF propôs-se a verificar, junto às famílias, como alguns serviços e condições de seus domicílios são avaliados.

Quanto à condição de moradia em relação a alguns serviços públicos prestados ao domicílio, foram considerados, dentre outros, a avaliação da qualidade e a existência dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica. Três respostas eram possíveis, em relação a cada um dos serviços: o serviço é bom, o serviço é ruim ou não tem.

No Gráfico 30, são comparados os percentuais observados entre as áreas urbanas e rurais do País correspondentes à percepção da existência dos serviços.



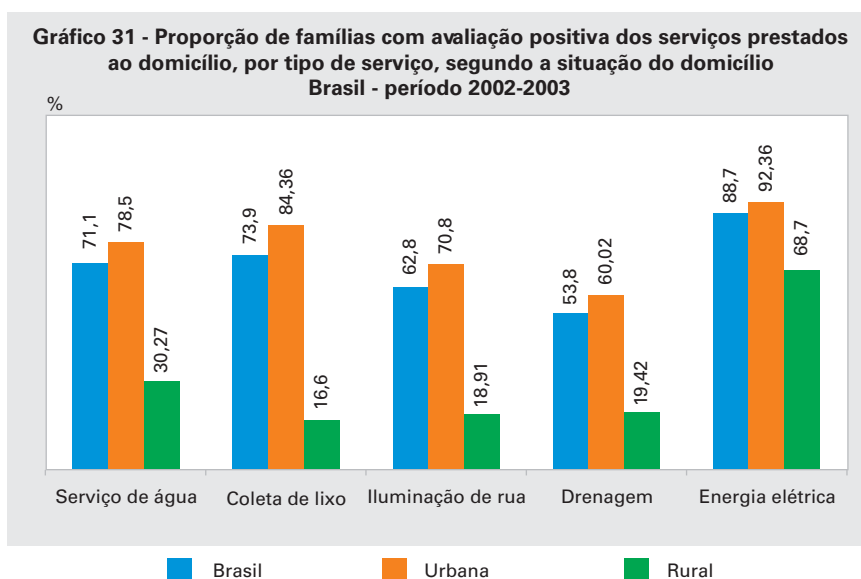
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

No Brasil, a energia elétrica, como esperado, se destaca como um serviço presente em cerca de 95% dos domicílios brasileiros e a pesquisa ainda registrou famílias declarando a inexistência deste serviço. Os resultados apontam para o peso relativo do Brasil Rural onde esta proporção chega a 23%. Dentre

os estados, destacam-se alguns do Norte e Nordeste, como o Acre, com 21%, e o Piauí, com 19% das famílias residindo sem energia elétrica.

No Brasil Urbano, a maior referência de inexistência (17,1%) foi apontada para o escoamento da água da chuva (drenagem), seguida de serviço de água (6,6%). Nas áreas rurais, são altas as proporções de declarações de inexistência da maioria dos serviços investigados.

Quanto à qualidade dos serviços, cerca de 70% das famílias brasileiras avaliaram como bons os serviços de água de seus domicílios, e em torno de 74% a coleta de lixo. Os serviços de infra-estrutura, não ligados diretamente aos domicílios, como iluminação pública e drenagem (relativa às águas da chuva) foram avaliados positivamente por 63% e 54% do total das famílias objeto da pesquisa, respectivamente. No Brasil Urbano, os serviços de água, coleta de lixo, iluminação pública, drenagem e energia elétrica foram citados e considerados bons para a maioria das famílias residentes em áreas urbanas: 78,5%, 84,4%, 70,8%, 60% e 92,4%, respectivamente, e no Brasil Rural, quanto ao fornecimento de energia elétrica, a avaliação positiva é de quase 69% das famílias entrevistadas (Gráfico 31).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

No que se refere à existência de problemas que afetam os domicílios, as manifestações das famílias sofrem naturalmente influências de vários tipos, desde as de natureza econômica, cultural, ideológica, até mesmo as regionais e ambientais. Neste sentido, a percepção positiva ou negativa, expressas na pesquisa como boas ou ruins, podem estar fortemente influenciadas pelo espaço geográfico em que se localiza, grau de desenvolvimento e urbanização, níveis socioeconômicos e culturas regionais. Com efeito, a existência e as dimensões de oferta habitacional podem contribuir, em cada classe ou grupo social e região, para a percepções diferenciadas dos problemas habitacionais.

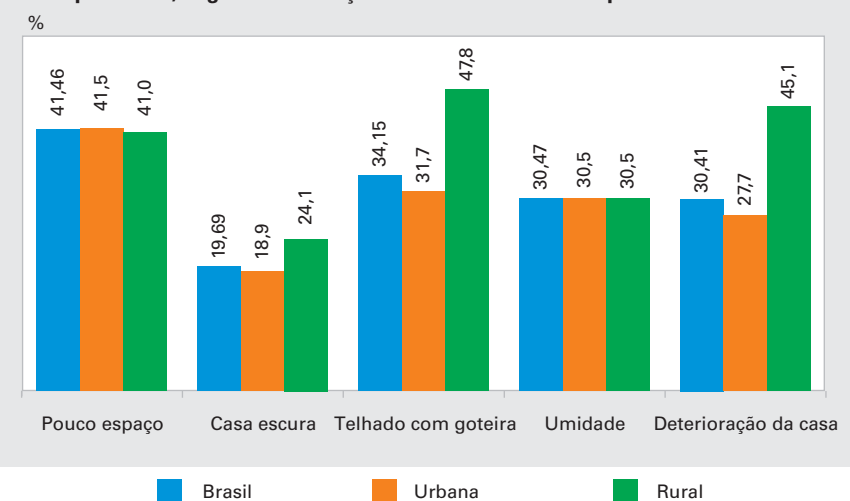
Para a investigação de problemas nos domicílios e na proximidade da moradia, foi apresentada ao informante uma lista contendo oito situações: pouco espaço no domicílio, rua ou vizinho barulhentos, casa escura, telhado

com goteira, fundação, parede ou chão úmidos, madeiras das janelas, portas ou assoalhos deteriorados, poluição ou problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria e violência ou vandalismo na sua área de residência. Para cada um desses itens foi solicitado responder sobre a existência do problema e as alternativas de resposta foram sim ou não.

Os primeiros resultados apontam para a conclusão de que as avaliações sobre condições de habitação estão mais fortemente voltadas para a qualidade ou precariedade dos domicílios do que para os problemas no entorno.

No Brasil como um todo, os problemas citados mais expressivamente pelas famílias foram aqueles afetos às condições físicas das habitações (Gráfico 32), tais como pouco espaço (42%), telhado com goteira (34%), madeira das janelas, portas ou assoalhos (30%), fundações, paredes ou chão úmidos (31%). Em todas as Grandes Regiões do Brasil, observa-se as mesmas manifestações. No estrato rural, segundo as declarações das famílias, o domicílio é mais afetado por problemas de estrutura física, principalmente, telhado com goteira (47,8%) e madeiras, janela e outros deteriorados (45,1%). Em relação à área urbana do País, a deterioração de partes do domicílio foi citada por 27,7% das famílias, e telhado com goteiras por 31,6%.

Gráfico 32 - Proporção de famílias que referiram problemas no domicílio, por tipo de problema, segundo a situação do domicílio - Brasil - período 2002-2003

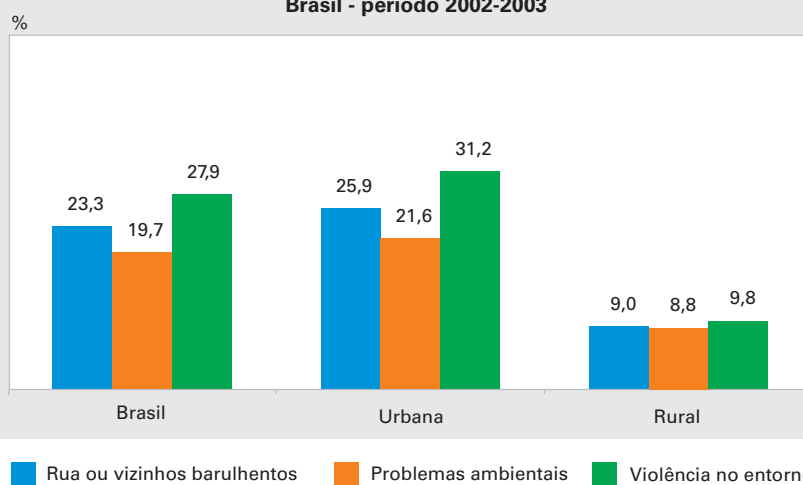


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Os quesitos referentes ao entorno do domicílio mereceram uma avaliação secundária, sendo, no Brasil, a violência objeto de incômodo para 28% das famílias. Ruas ou vizinhos barulhentos foram referidos por 23% das famílias, e 20% declararam-se incomodadas por poluição ou degradação ambiental (Gráfico 33).

Na área rural os problemas em torno do domicílio têm diminuída a importância ao serem citados como problemas - 9% das famílias referiram ruas ou vizinhos barulhentos e 10% referiram degradação ambiental e violência e vandalismo. Na área urbana, destaca-se o percentual de famílias que mencionaram o vandalismo e a violência no entorno da moradia (31,2%).

**Gráfico 33 - Proporção de famílias que referiram problemas no entorno do domicílio, por situação do domicílio, segundo o tipo de problema
Brasil - período 2002-2003**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.